

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS



Itesp em defesa da agricultura familiar

POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL EM TODO O ESTADO

FATOS DA TERRA



SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

ANO 7 Nº 20 2008



Vale do Ribeira: uma nova face para a região do Estado mais pródiga em quilombos

INVESTIMENTOS

Sudoeste e Oeste paulista em pleno desenvolvimento

HISTÓRIA

Mário Covas, exemplo de governança e ética

MEIO AMBIENTE

Experiência inédita no Pontal reafirma: a ordem é preservar

editorial

Investimentos em prol do desenvolvimento de regiões cruciais do território paulista dão o tom a esta edição de *Fatos da Terra*. A começar pela reportagem de capa, com foco no Sul, numa área carente, o Vale do Ribeira, que concentra comunidades remanescentes de quilombos. Além disso, em direção ao Oeste, dois outros importantes núcleos são marcados por melhorias capazes de mudar a qualidade de vida não apenas nos assentamentos, mas em todo o entorno.

Aliás, como podemos conferir em artigo do ex-secretário da Justiça Belisário dos Santos Jr., na página 8, ações abrangentes como essa têm sido marca da política pública paulista: Mario Covas foi o primeiro governador a determinar ação integrada no Pontal e no Vale do Ribeira.

Outro item importante nas questões que envolvem terra e cidadania, abordado na página 26 pelo procurador Alexandre Moura de Souza, se refere à estratégia processual adotada pelo poder público em juízo, com destaque, aqui, na questão quilombola.

Todos esses esforços são gratificados por experiências como a de Narcizo Ferreira, registrada na página 2: o assentado em Timboré, na Alta Noroeste paulista, reflete o êxito da reforma agrária e da agricultura familiar. Trata-se de um homem que vive seu sonho!

Vera Artaxo
Editora

Governador: José Serra

Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania: Luiz Antonio Marrey

Itesp

Diretor Executivo: Gustavo Ungaro

Chefe de Gabinete: Alexandre Ribeiro Mustafa

Diretores Adjuntos: Pedro Fernando Gouveia, Gabriel Veiga, João Carlos Corsini, Fernando Henrique Eduardo Guarnieri.

Assistentes de Diretoria: Milton Ramos da Silva, Antonio Garcia Leal, Claudemir Peres Francisco de Oliveira, Alexandre A. Geraldi de Oliveira.

Gerentes: Claudimir Castelan, Ízide Canônico Bergamo Benedito, Sérgio Leal Lindgren, Adilson Piveta, Anselmo Gomiero, Isabel Peres dos Santos, Laércio Lico Junior, Lydia Higuchi Hirao, Márcia Regina de Oliveira Andrade, Vera Artaxo.

Assessores Chefes: Benedito Aristides R. Matielo, Carlos José da Silva e Souza e Carlos Henrique Gomes, Mirella Saori Rocha Kurata.

Fatos da Terra é a revista da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" – Itesp, vinculada à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.

Jornalista Responsável: Vera Artaxo – Mtb 10.676

Diagramação e Edição Eletrônica: Patrícia Leite

Fotos: Dodora Teixeira

Redação:

Telefone: (11) 3293-3393 / 3399

E-mail: comunicacao@itesp.sp.gov.br

Ctp, Impressão e Acabamento:

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Tiragem: 7.000 exemplares

É permitida a reprodução dos textos, desde que citada a fonte.

entrevista 2

direto do campo 7

história 8

contrato 10

meio ambiente 12

capa 15

renda 32

encontros 34

investimentos 36

palavra de especialista 44

ponto de vista 45

notas 46

personagem 47

parceria 48

resenha 50

eventos 52

fale conosco



PABX: (11) 3293-3300

Ouvidoria: 0800 77 33 173

ouvidoria@itesp.sp.gov.br



home page: www.itesp.sp.gov.br



e-mail: itesp@itesp.sp.gov.br



Narcizo José Ferreira:

orgulho de ser assentado

Sônia Maria de Oliveira *

Agricultor em Timboré, assentamento localizado entre os municípios de Andradina e Castilho, na Alta Noroeste paulista, Narcizo desafiou o domínio da produção leiteira local ao investir na diversificação da produção agrícola em seu lote, o número 3, da Gleba 8. Sua experiência mostra que o êxito da reforma agrária e da agricultura familiar, em especial a de base ecológica, vai além da luta pela terra.

O sucesso da reforma agrária depende de um conjunto de fatores que envolvem a vontade do assentado, a afinidade da família para trabalhar com a terra de maneira harmoniosa do ponto de vista ambiental e também políticas públicas articuladas que estimulem o agricultor a permanecer na terra e dela tirar o seu sustento e de sua família. Naturalmente, é essencial que ele tenha acesso às condições básicas de saúde, educação, lazer, assim como acesso à informação, para um desenvolvimento mais pleno e duradouro.

Trabalhar com uma agricultura de base ecológica num assentamento onde 99% dos lavradores têm como principal fonte de renda a pecuária leiteira já traduz o perfil inovador de Narcizo José Ferreira. Sua intimidade com a terra o levou a adotar práticas simples para controle de pragas, provando que é possível desenvolver uma agricultura que respeita o meio ambiente mesmo num território dominado pela agricul-

tura “convencional”, ou, neste caso específico, num território dominado pela pecuária leiteira.

A microrregião de Andradina é constituída por 11 municípios que ocupam 6.224 km², equivalente a 2,8% da área total do Estado de São Paulo. A concentração fundiária, característica desta região, pode ser observada pelo número de estabelecimentos com área superior a 1 mil hectares, correspondentes a cerca de 50% da área total e 2% do número de estabelecimentos, bem superior à média do Estado, que era de 30% da área e de 1% do número de estabelecimentos no período de 1960 a 1995/96.

Contribuíram para agravar a alta concentração fundiária da região a expansão sistemática da pecuária extensiva, em detrimento das lavouras, somada a outros fatores: a demissão de operários pelas empreiteiras contratadas pela Cesp para execução das obras civis das usinas hidrelétricas; a formação dos lagos das usinas hidrelétricas de Jupia, Ilha Solteira e Três Irmãos (que inundaram ilhas e margens dos rios Paranã, Tietê, São José dos Dourados e de outros cursos d’água, desalojando pequenos produtores rurais ribeirinhos e ilhéus); e, finalmente, a dificuldade de acesso à terra por meio de arrendamento e parceria pelos produtores rurais sem terra ou com pouca terra.

A partir da década de 80, começaram a ser implantados pelo Incra e pela Cesp, assentamentos e reassentamentos rurais, constituindo uma nova configuração na região, embora tais iniciativas não tenham resolvido os problemas relacionados à alta concentração fundiária, visto que, atualmente, a região abriga mais de 20 acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra à espera da desapropriação de áreas declaradas improdutivas, conforme vistorias realizadas pela Fundação Itesp no final de 2001. O assentamento da Fazenda Timboré foi implantado em 1992, ocupando uma área de 3.364,00 hectares, distribuída em 176 lotes com média de 19,11 hectares.

É neste cenário que vamos encontrar o agricultor Narcizo José Ferreira, 54 anos, casado, três filhos. Sua

história revela as contradições do modelo de agricultura adotado pelo Brasil e se confunde com os fatores que agravaram a alta concentração fundiária na região.

Filho de agricultores, com uma família numerosa – cinco irmãos e três irmãs –, Narcizo trabalha com a terra desde adolescente; junto com a família, plantava algodão, amendoim, milho, arroz, feijão e mandioca em regime de arrendamento numa área de 19 alqueires na Fazenda Primavera, em Andradina. Aos 17 anos assumiu o gerenciamento da área a pedido de seu pai, que cedo percebeu sua liderança natural.

Naquela época, o então arrendatário trabalhava com 70 famílias e subsidiava a lavoura, fornecendo sementes e insumos, pagos com parte da produção. Em 1972, ano do casamento de Narcizo, a propriedade foi dividida; ele comprou um direito de 9 alqueires de um posseiro, mas o proprietário da área embargou a transação e cedeu apenas 2 alqueires de varjão, numa área isolada e sem estradas de acesso. Ali Narcizo plantou arroz – com a ajuda de outro arrendatário, que forneceu trator e sementes – e colheu 94 sacas; depois, abandonou a área.

Em 1974, comprou um terreno no município de Andradina e iniciou a construção de uma casa. Narcizo acabou virando operário da construção civil, trabalhou como servente de pedreiro e estudou carpintaria. Numa trajetória de idas e vindas a diferentes municípios aos quais o trabalho o levava, num tempo de trabalho braçal e muito suor, Narcizo voltou a trabalhar na terra em 1982.

Cultivar a terra está no DNA

Agora, não mais como arrendatário, mas como trabalhador rural. Engrossou o contingente de trabalhadores rurais da agroindústria canavieira, cortando cana junto com a esposa, Zeneuda, na Usina de Bento de Abreu, região de Araçatuba.

Cansado do emprego, em 1986 resolveu trabalhar por conta própria – com roça e empreitada de construção civil. Sempre tentando terminar a construção da casa, iniciada em 1974...No final da década de 80, iniciou

uma nova fase que marcaria, definitivamente, sua trajetória de luta, de trabalho, de esperança em dias melhores: acampou na Fazenda Timboré, tornou-se o coordenador do Grupo Chico Mendes, que reunia 216 famílias do acampamento. Foram cinco anos de espera, de privações, de conflitos internos, de conflitos com a polícia, com o proprietário, mas era preciso resistir porque era ali, ele sabia, que iria plantar para sempre seu futuro e de seus filhos. Para sobreviver, plantavam algodão, amendoim, feijão e milho.

Em 1995 o Incra finalmente implantou o assentamento e 176 das 216 famílias que estavam sob a liderança de Narcizo foram assentadas. Já em 1996 o Governo Federal disponibilizou recursos para a compra de gado, mas, indo na contramão da maioria, Narcizo resolveu cultivar a terra, plantando milho, algodão e feijão. Depois de tantos reveses dos quais fala com orgulho, sua experiência é um exemplo de coragem, de amor pela terra, que ao longo dos anos foi se solidificando, um amor capaz de torná-lo uma voz dissonante naquela imensidão de pastagem, tão característica da região de Andradina.

A experiência desenvolvida por Narcizo no assentamento Timboré, com assistência técnica do Itesp, precisa ser aperfeiçoada e divulgada para servir como incentivo aos outros assentados. Além disso, a disseminação desse trabalho ajuda a minimizar um dos maiores problemas enfrentados para o cultivo orgânico: o combate às pragas, principalmente a insetos vindos dos lotes vizinhos, que não adotam controle adequado de insetos nos pastos.

Hoje, a paisagem está mudando – da pastagem para a cana-de-açúcar –, incentivada pela implantação de usinas na região. Persiste, porém, a monocultura voltada para exportação, com utilização de grandes áreas, uso intensivo de insumos e de alta capitalização, que não garantem o tão sonhado desenvolvimento sustentável, pois o sistema reproduz um modelo que gera concentração de renda e potencializa a desigualdade social. Exatamente o contrário do que proporciona a vivência de Narcizo José Ferreira com a terra.

MEU SONHO? VIVER COMO EU VIVO!

Fatos da Terra: O que a reforma agrária significa para o senhor?

Narcizo José Ferreira – A reforma agrária para mim, hoje, significa tudo. Aquilo que eu nem tinha expectativa de ser, hoje eu sou: um proprietário, um produtor numa linha adequada, que sei que é boa tanto para mim como para todos os assentados. Antes, eu era como um bóia-fria: um dia tinha serviço; noutro, não. Passava necessidade. Muitas vezes a gente chegava do serviço à noite e saía no outro dia, às 4 horas da manhã, e só via os filhos dormindo. Era uma vida desesperada. Nem sempre tinha condições de colocar comida na mesa. Tentava ir atrás de um serviço, mas não tinha transporte. Eu passava por preguiçoso, sem trabalho. Ficava em frente à minha casa, em Andradina, sem saber para onde iria no dia seguinte. Era difícil. Com a reforma agrária há conforto, basta se assumir como produtor e como assentado – a realidade em que hoje nós estamos agora. Está na capacidade de cada um querer viver. Eu estou feliz com a reforma agrária, que deu espaço para, num assentamento, viver como proprietário.

Fatos da Terra: O senhor acha difícil compatibilizar o trabalho no lote com o trabalho de liderança?

Narcizo José Ferreira – É difícil fazer as duas coisas, perde o equilíbrio de administrar a propriedade, porque você se envolve com a política e esquece a realidade como assentado. Sai fora do ritmo, e muito. Você, como assentado, tem uma propriedade para administrar; a liderança de grupos pode dificultar assumir a agricultura em si, pois o trabalho nos grupos nem sempre tem a ver com agricultura. É importante que existam os movimentos sociais para lutar pela terra, que as lideranças conscientes lutem para ajudar o povo – e não em benefício próprio, como acontece por aí, desviando do que realmente tem que ser. Isso atrapalha aquele que está lá atrás, dependendo daquele benefício. No momento, não participo de nenhum grupo, associação ou cooperativa. Só na fase de acampamento; tenho muito orgulho de ter organizado grupos de produção. Fui muito para Brasília naquela época. O sistema mudou muito. Quando o cara está acampado, ele quer trabalhar em grupo. Quando ele assenta, vira dono e tem que investir.

Fatos da Terra: Por que trabalhar com a agricultura no lote, ao invés da pecuária leiteira?

Narcizo José Ferreira – Optei porque já era minha

qualidade. Como bóia-fria já trabalhava com a roça. Como diarista colhia algodão, plantava, jogava veneno, capinava. Fazia todo tipo de trabalho. E o leite saía realmente da minha experiência. Eu ainda não confio na capacidade e no ritmo para produzir o leite – tenho consciência de que o leite talvez tenha um limite. Primeiro, pelo tamanho da propriedade, 6 alqueires. Para a agricultura, 6 alqueires é uma fazenda, porque não é qualquer um que administra 2 alqueires de plantação. O tamanho que eu tenho hoje só daria para colocar um tanto de cabeça de gado.

Fatos da Terra: De onde vem sua preocupação de trabalhar com práticas mais na linha da agroecologia?

Narcizo José Ferreira – Graças a Deus, vem de dentro de mim mesmo. Todos nós temos consciência para ver o que nós precisamos; a realidade e o futuro estão aí. Se não ajudarmos a preservar, onde estamos com a cabeça? Acho um atraso nos fazermos de cegos e não trabalhar defendendo essa causa. Temos que ajudar o meio ambiente. Defender ao máximo sua área de vida, que é o seu pedaço de terra. Hoje tenho poncã, manga, abóbora, urucum, café, feijão-catador, feijão-carioca, mandioca, milho e eucalipto. Para ter tudo isso amanhã também, é preciso cuidar muito bem do meio ambiente, isso hoje é obrigatório.

Fatos da Terra: Como o senhor cuida da plantação, como aduba, quem o ajuda – a família?

Narcizo José Ferreira – Para administrar meus plantios uso a inteligência. O pequeno produtor tem que usar a inteligência, pois não dá para usar adubação industrializada. Não tem como. Tem que planejar, deixar o solo protegido. Evitar tombação (ver rodapé). Eu evito! Se tombar uma área neste ano, vou ficar dois ou três anos sem tombar, só passando uma grade, incorporando, para depois fazer um novo plantio. Para me defender do custo de produção, evito químico, jogo um orgânico, uma mucuna (ver rodapé), um feijão de porco. Uso adubo orgânico natural e tenho cerca viva de nim (ver rodapé) para proteger a plantação. O custo do grão que eu produzo é baixo. Você tem que planejar tudo, desse jeito dá bons resultados do ponto de vista comercial. Eu e minha esposa trabalhamos no lote. Meu filho mais novo ajuda, mas estuda. Quero meu filho estudando. Tenho uma filha casada que mora em outro lote aqui na Timboré, outra filha que vive em Cáceres, no Mato Grosso; e outro filho, o mais velho, engenheiro, em Cuiabá.

Fatos da Terra: Falando em planejamento, como é feito – levando em consideração área, mão-de-obra?

Narcizo José Ferreira – Desde que entrei no lote, costumo fazer um desenho, um mapa de produção com as áreas de plantio. Eu faço esse planejamento, por exemplo, calculando o valor deste ano de 2008, como será o custo para 2009. Assim, com base neste ano, o que plantei, o que colhi e o que vendi, calculo como será em 2009, para a mesma área. O que faço neste ano serve como um espelho para o ano que vem. Além da produção para comercialização, tem a produção para o consumo da família. Tem horta, pomar. A verdade é que até o consumo próprio tem que planejar.

Fatos da Terra: Como o senhor comercializa a sua produção?

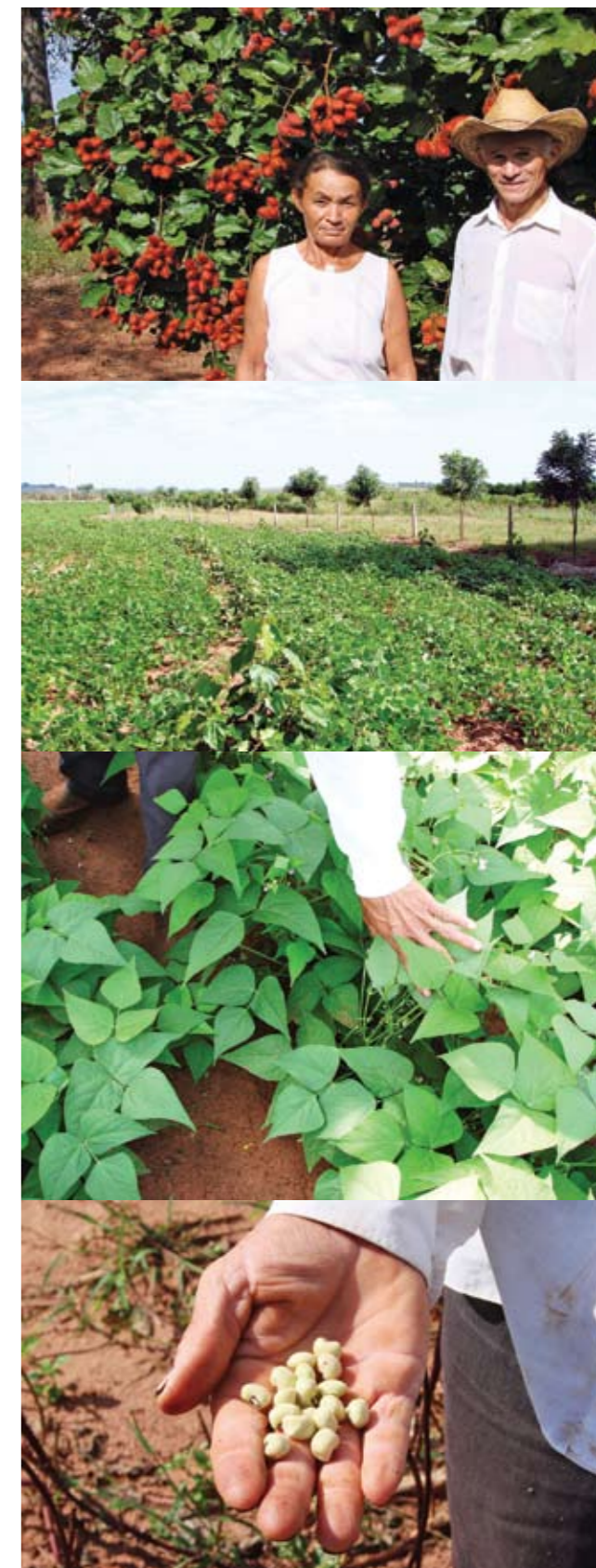
Narcizo José Ferreira – Há uns três anos dependia de uma empresa multinacional de Bariri, pois eu trabalhava com mamona. Estava produzindo 19 mil kg de mamona no lote. Agora, até que seria bom, por causa do biodiesel, mas, hoje, produzo alimento para cesta básica e coloco meu preço. Sou independente! Levo direto na feira e muitas vezes o Itesp colabora com o transporte da mercadoria. Comecei a fazer feira neste ano, pois consegui comprar um carro. E neste ano comecei a introduzir criação de porco, porque comecei a fazer feira, e a sobra da feira alimenta o porco.

Fatos da Terra: A capacitação que o senhor teve mudou o seu modo de ver a questão da comercialização?

Narcizo José Ferreira – Participei do Programa de Capacitação em Comercialização que o Itesp promoveu em parceria com o MDA e em 2006 fui o produtor que mais levou produtos, em termos de diversificação, para a Feira da Agricultura Familiar, realizada no Parque da Água Branca. Com certeza o programa ampliou minha visão! Qualquer atividade de órgão ou entidade, se o produtor tiver força de vontade, é benéfica. Os cursos valem a pena, porque a cada dia aprendo alguma coisa. Eu já trabalho consciente do que eu posso produzir hoje e vender amanhã – com as entidades amparando, melhor ainda. Você tem que ser aluno sempre. Eu vim aprender depois de 55 anos.

Fatos da Terra: Como o senhor avalia a assistência técnica do Itesp?

Narcizo José Ferreira – Eu tenho adotado as orientações dos técnicos. Muitos produtores têm resistência



Narcizo, junto com Zeneuda, se dedica a plantar.

para seguir as orientações, para ser franco. Muitos são revoltados, acham que não serve para nada. Não estou criticando ninguém, porque cada um segue o que quer, mas os assentados do Anhumas, vizinho aqui de Timboré, não dão valor aos ensinamentos. Eu já aprendi muito com os técnicos daqui. Basta querer aprender e fazer.

Fatos da Terra: Já que o senhor faz um planejamento tão criterioso, qual a sua renda mensal hoje?

Narcizo José Ferreira – O ano de 2007 foi histórico para mim porque estava numa situação muito difícil, mais para cair do que para subir. Estava no buraco, com quebra de trator, situação financeira zero, um aperto. Devia R\$ 5.700,00 só numa autopeça. A salvação foi a venda do eucalipto. Consegui pagar as dívidas, comprar um carrinho para fazer a feira e isso já criou uma expectativa imensa. Comprei uma moto para meu filho. Ele hoje vai para o trabalho e para a escola sem depender do transporte público. Equilibrou a situação. A renda mensal é de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.200,00. Minha esposa aposentou-se neste ano e agora temos mais essa renda extra. Dinheiro não sobra, porque invisto tudo no lote. É preciso manter o ritmo e crescer. Tem que trabalhar mesmo. Trabalho olhando para a frente, planejando o futuro.

Fatos da Terra: Como o senhor avalia as atuais políticas para a agricultura familiar?

Narcizo José Ferreira – Na área federal, há falha na administração para a liberação dos recursos. O crédito

demora muito para chegar. Peguei recurso do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, a recuperação do investimento, como eles chamam, em dezembro de 2007, foi de R\$ 6 mil. Perfurei um poço semi-artesiano. Agora vou instalar um sistema de irrigação para o pomar com recursos próprios. Você planeja uma coisa e até chegar o dinheiro seu projeto pode não valer mais. Outro problema é estradas. O município tem que investir em infra-estrutura. É preciso ver bem a realidade de cada assentamento. Aqui no Timboré as estradas estão péssimas, precisamos de estradas boas para o escoamento da produção. Os alunos nem conseguem chegar à escola porque tem sempre ônibus quebrando devido aos buracos.

Fatos da Terra: O senhor já pensou em desistir?

Narcizo José Ferreira – Dentro de mim eu penso assim: se eu peguei uma propriedade de terra é para viver nela. Muitos me perguntam: Narcizo, quando vamos ter o documento da terra? Eu respondo: Não penso nessas questões, em ter documento da terra. Eu quero ter a terra para viver! E trabalhar! Vender o lote, de jeito nenhum. Esquece a documentação da terra. Ela é sua enquanto você está nela.

Fatos da Terra: Quais são suas dicas para quem está entrando num lote da reforma agrária hoje?

Narcizo José Ferreira – Que viva como estou vivendo. Que trabalhe! Tenho sentimento de que pega a terra tem que honrar a terra como produtora de alimentos, sem se desviar dessa realidade. Que tome cuidado, porque provavelmente era um bóia-fria que não tinha nem o que comer. Cuidado para não entrar num tipo de produção que fica dependendo das multinacionais, que colocam o preço que querem e levam o que querem, na hora que querem. Enfim, que plante, como eu planto. Não tenha vergonha de ser um roceiro!

Fatos da Terra: Como o senhor imagina o seu lote daqui a cinco anos?

Narcizo José Ferreira – Mais bonito. O nome da nossa gleba, escolhido pelos acampados em 1989, é Pôr-do-sol. Até 2011 chega minha aposentadoria: 2012 está aí, será melhor. Meu sonho é continuar aqui, vivendo como eu vivo.

* Sônia Maria de Oliveira, formada em História, é analista de gestão organizacional da Fundação Itesp.



Colaboraram Ângelo Pínfari Modesto e Salvador Ziviani, engenheiros agrônomos, analistas de desenvolvimento agrário.

Produtos de assentamentos e quilombos

Pesquisa e fotos: Dodora Teixeira



Grupo Pães e Queijos Água Azul, formado por mulheres do assentamento Pirituba II – área 3 (Água Azul), Itaberá, região Sudoeste. Entre broas, bolos, bolachas e biscoitos, destaque para uma especialidade: biscoito assado com recheio de goiaba. E pães, claro! Informações: Francisco Feitosa Fones: 15-3521-3864 e 15-3521-5106

Artesanato em fibra de bananeira do **Grupo Raízes da Cultura Quilombola**, quilombo Sapatu, Eldorado, Vale do Ribeira. O grupo aproveita matéria-prima que existe em abundância na região e comercializa as peças sob a marca “Raízes da Cultura Quilombola”. Informações: Grupo Técnico de Campo de Eldorado Fone: 13-3871-1875



Vassoura caipira feita por **Miguel Donizete Madalena e Oswaldo Benedito Cardoso**, do assentamento Casa Branca, município de Casa Branca, região Leste. Informações: Antonio Carlos Bertocco Fones: 19-3551-1508 e 19-3551-1542

Mel, assim como compotas doces e pickles, é produzido por **Gilberto Helmut Knoop e Ana Knoop**, do assentamento Lagoinha, Presidente Epitácio, Pontal do Paranapanema. Informações: João Barreto Nobre Fone: 18-3281-3900



Uma pista de governança

No governo Mário Covas, perto de 8 mil famílias tiveram acesso à terra no Estado de São Paulo e foram beneficiadas com obras de infra-estrutura e apoio à produção. Entre 1995 e 2001 foram criados 138 assentamentos.

Belisário dos Santos Jr. *

“Desaparece o homem que reergueu São Paulo”. Essa a manchete de um grande jornal brasileiro ao noticiar a morte de Mário Covas. Jornal que dele fora sempre crítico acerbo. Mas que antecipava a homenagem que o povo de São Paulo prestaria à sua memória, indo às ruas naquela triste manhã de março de 2001.

Mário Covas sempre chamava atenção para a necessidade de obter resultados que interferissem na realidade. Ao mesmo tempo, determinava que se observasse a retidão dos meios necessários. É o que se poderia definir como ética da responsabilidade, que é a adequação dos meios aos fins perseguidos. Muitas vezes advertia que alguns resultados qualquer governante obteria. A diferença toda estava no caminho escolhido para isso acontecer. Usar a forma mais adequada, avaliar equilibradamente as conseqüências dos atos, da política a ser implementada. Isso é ética.

Hoje, com mais isenção devido ao passar dos anos, posso dizer que a marca de Covas não foi apenas a ética, senão igualmente a ousadia. Ele pensava grande e nos fazia trabalhar de forma a atingir objetivos ousados, de forma reta e conseqüente. Ética com ousadia. Essa, a marca de Covas. A rigor, um misto de ética de princípios com a ética da responsabilidade (esta chamada por Weber de a ética do estadista).



Mário Covas em visita a assentamento no Pontal e recebendo o MST no Palácio dos Bandeirantes.



Não foi diferente na definição das políticas agrária e fundiária do Estado de São Paulo, em seu governo. Entre 1995 e 2001, foram assentadas perto de 8 mil famílias, contra 1.217 da época de Montoro, nenhuma na época de Maluf, 69 de Quéricia e 225 de Fleury. Assentamentos criados totalizaram 138. Antes de Covas eram 36! Os números já apontariam para o salto dado.

Mas, confira-se a importância dada ao próprio Itesp, reorganizado em Fundação, uma aspiração antiga e uma luta dramática, que passou por convênios com a Unesp e concursos públicos.

De outra parte, foram inúmeras as obras de infra-estrutura, com recursos da Fundação Itesp: poços de água, quilômetros de rede de distribuição, abertura de estradas, eletrificação rural, reforma, ampliação e adaptação de equipamentos comunitários, conservação de solo e construção de açudes, galpões de uso múltiplo, quadras, casas, doação de material e financiamento para casas em regime de mutirão. Inúmeras ações de apoio à produção.

Tudo isso Covas prestigiou, incentivando, liberando recursos. Mas, aqui uma marca importante, ele fez algo que jamais havia sido feito: determinou ação governamental integrada nas áreas mais críticas: Pontal e Vale do Ribeira. Assim, à Secretaria da Justiça somaram-se a de Saúde, a de Educação, a de Transportes, Energia, Meio Ambiente, Esportes, etc.

Assim, os assentamentos não eram apenas a redenção de uma população marginalizada, mas um caminho para o crescimento das regiões em que foram instalados. No período Covas, passamos a atender e reconhecer comunidades quilombolas, auxiliando no desenvolvimento de sua produção e melhoria da qualidade de vida.

Principalmente no Vale do Ribeira, as ações de regularização fundiária passaram a ser vistas – e incentivadas – como estratégicas para o desenvolvimento local. Nada de ações judiciais lentíssimas. Procedimentos técnicos rigorosos, com reconhecimento pelo Poder Judiciário.

Mas, na área de conflitos, na mediação de conflitos, o período Covas esmerou-se. Um diferencial importante, reconhecido em teses universitárias, é que com Covas a mediação dos conflitos foi operada com as lideranças dos movimentos, mas sem perder o contato direto com as famílias envolvidas, que, assim, não ficaram à margem do processo. Isso foi fundamental em vários momentos, como ao final de 1995, quando se constatou que as lideranças falavam em nome próprio, tendo perdido a interlocução com 2 mil famílias que apostaram no trabalho do Estado, aceitando trabalhar a terra e transformar, com apoio do Estado, as áreas devolutas retomadas, com medidas judiciais, em assentamentos.

Essa interação sociedade/ Estado foi outra marca desse período. O planejamento das ações e a sua implementação consistiam diferenciais (a rigor, outra nota característica), que levavam credibilidade ao Governo, e ao Estado, como conseqüência. Ética da palavra e ética da ação. Falar com coerência e princípios. E, lógico, cumprir.

Essas razões, entre outras, me fazem lembrar o orgulho que foi trabalhar com o homem que reergueu São Paulo.

* Belisário dos Santos Jr., advogado, foi secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, de janeiro de 1995 a julho de 2000.



Parques estaduais sob a óptica fundiária

Tanto o Parque Estadual da Serra do Mar, a maior porção contínua preservada de Mata Atlântica, quanto o Parque Estadual das Fontes do Ipiranga, a maior área de concentração de Mata Atlântica nativa em região urbana, são objeto de precioso trabalho fundiário.

Da Redação

O Itesp foi contratado para efetuar o cadastro das ocupações existentes no Parque Estadual da Serra do Mar (Pesm) e realizar ali o diagnóstico fundiário. Também foi contratado para o trabalho de demarcação e definição dos limites do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (Pefi).

No primeiro caso, várias etapas foram terminadas, enquanto outras estão em andamento, o segundo, em conclusão, permitirá efetivar um plano de manejo. "Ao regularizar com precisão complexos desse porte, preservamos o meio ambiente, o interesse público e a cidadania", afirma o diretor executivo da Fundação Itesp, Gustavo Ungaro.

Depois de concluído, o trabalho no Pesm vai resultar num completo mapeamento do Parque Estadual da Serra do Mar, com a identificação dos ocupantes de área. Quanto ao Pefi, a atividade funciona como prevenção contra ocupações irregulares no parque. Não há registro de ocupações clandestinas hoje, e a demarcação clara das terras ajuda a evitar futuro problema nesse sentido.

Parque da Serra do Mar terá mapeamento

O Itesp entregou à Fundação Florestal a quarta e a quinta etapas do cadastro das ocupações no Parque Estadual da Serra do Mar. A primeira, entregue no final de maio, corresponde a 50 mil hectares de área. A segunda, concluída em agosto, completou o cadastro de 250 mil hectares do parque de um total aproximado de 315 mil, previstos na parceria. O Itesp também entregou ao diretor executivo da Fundação Florestal, José Amaral Wagner Neto, a proposta de alteração dos limites do Parque Juquery.

No local, foram aplicados laudos de identificação fundiária das áreas ocupadas, com dados do ocupante, principais benfeitorias e culturas. Além disso,

foram lançados, em mapa, os limites de municípios e dos perímetros discriminados, contendo de modo temático a situação jurídica como se encontram atualmente. "No mapeamento final, haverá limites geográficos, situação fundiária e demais informações de interesse público, permitindo uma ação planejada dos órgãos governamentais", explica Anselmo Gommiero, gestor do projeto.

O Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) foi criado pelo Decreto Estadual n.º 10.251, de 30 de agosto de 1977. É a mais extensa unidade de conservação do Estado, englobando escarpas e alguns promontórios da Serra do Mar, porções de planalto atlântico e segmentos restritos de planícies costeiras. Detém, assim, a maior parte das nascentes dos rios que vertem para o Atlântico, responsável pelo abastecimento de água das populações urbanas do litoral.

Com aproximadamente 315 mil hectares, numa extensão que vai desde a divisa de São Paulo com o Rio de Janeiro, no município de Ubatuba, litoral Norte até Pedro de Toledo, litoral Sul do Estado, passando por toda a faixa litorânea, representa a maior porção contínua preservada de Mata Atlântica do Brasil,



Imagem Ortorectificada - Satélite Ikonos - out/2002 - Resolução espacial: 1 m

abrangendo vários municípios: Bertioga, Biritiba-Mirim, Caraguatatuba, Cubatão, Cunha, Itanhaém, Itariri, Juquitiba, Miracatu, Mogi das Cruzes, Mongaguá, Natividade da Serra, Paraibuna, Pedro de Toledo, Peruíbe, Praia Grande, Salesópolis, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Luiz do Paraitinga, São Paulo, São Sebastião, São Vicente e Ubatuba.

Da área total do Parque, 30% das terras são de domínio do Estado. Os 70% restantes estão sob ação discriminatória por iniciativa da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e da Fundação Itesp ou *sub judice* em decorrência de ações de desapropriação indireta movidas por pessoas físicas e jurídicas que alegam ser proprietárias das áreas e reivindicam indenizações do Estado.

Parque do Ipiranga: levantamento topográfico

A Fundação Itesp está concluindo o trabalho no Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (Pefi). A execução foi resultado do contrato de prestação de serviço assinado entre o Itesp e o Instituto de Botânica, ligado à Secretaria do Meio Ambiente. O parque tem área de 531 hectares, ao lado da Rodovia dos Imigrantes, na região Sudeste da capital.

O Itesp levantou a topografia e atualizou o cadastro e as divisas do parque. Ainda levantou os limites das áreas internas ocupadas pelos diversos órgãos estaduais ali instalados e identificou sobreposições e conflitos fundiários. O objetivo do trabalho é criar condições para efetivar o plano de manejo do parque.

De acordo com a diretora-geral do IBt, Vera Lúcia Ramos Bononi, a demarcação de terras contribui para separar claramente o que é área do parque estadual e o que é municipal ou privada, permitindo, assim, estabelecer melhor o destino dos recursos públicos: "Não podemos, por exemplo, colocar dinheiro para manutenção e vigia em áreas que não são nossas".



O Parque Estadual das Fontes do Ipiranga tem relevo suave, recoberto por vegetação característica de floresta atlântica e abriga trepadeiras, bromélias, palmito e um bosque de pau-brasil. Ali também podem ser encontrados tatus, lagartos, bugios, preguiças e diversas aves.

O Jardim Botânico, que ocupa grande área do parque, foi criado em 1938 para manter e estudar uma coleção de plantas da Mata Atlântica, e serve como verdadeiro laboratório de pesquisas sobre os reflexos da expansão urbana nos recursos hídricos, vegetação e fauna.

O parque foi criado no final do século 19 para proteger as 24 nascentes que dão origem ao Riacho do Ipiranga. Por conta da sua preservação, permanecem praticamente intocados dois grandes mananciais subterrâneos que representam reserva estratégica de água para o abastecimento público, em uma região que enfrenta a ameaça de escassez desse recurso natural.

Embora o local tenha alto potencial cultural, educacional e econômico para a cidade, a região de seu entorno apresenta indicadores baixos de renda *per capita* e grau de instrução, além de altos índices de criminalidade. É uma área de grande densidade populacional, com cerca de 750 mil habitantes, 30 favelas e mais de 18 mil estabelecimentos comerciais.

Os trabalhos de cadastro e levantamento topográfico foram feitos em toda a área, que abrange o Instituto de Botânica (com a 2ª Companhia da Polícia Ambiental), a Fundação Parque Zoológico (e o Zôo Safári), a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, o Centro de Exposição Imigrantes, o Centro de Logística e Exportação, o 3º Batalhão da Polícia Militar, o Parque de Ciência e Tecnologia (Cientec-USP), o Centro de Esporte, Cultura e Lazer, o 97º Distrito Policial, o Projeto Garotos da Vila Guarani e o Hospital Psiquiátrico David Capistrano da Costa Filho.

A ordem é preservar

As questões ambientais sempre fizeram parte das ações desenvolvidas pela Fundação Itesp – da fase de arrecadação da área ao uso do solo pelos beneficiários – e o Pontal do Paranapanema vivencia uma experiência inédita no gênero, com vários programas.



Laércio Lico Jr. *

O desenvolvimento social e econômico de 10.134 famílias em 170 assentamentos rurais e de 974 famílias das 22 comunidades remanescentes de quilombos é missão primordial da Fundação Itesp, em sua atuação em 62 municípios paulistas. A sustentabilidade desse desenvolvimento é premissa essencial, sempre em consonância com a legislação ambiental vigente.

A região do Pontal do Paranapanema concentra o maior número de assentamentos implantados: 104 (91 de domínio estadual e 13 em áreas federais), com 5.517 famílias. São quase 100 mil hectares ocupados, dos quais cerca de 20 mil referem-se a áreas de reserva legal e de preservação permanente. Já em 1998 a Fundação Itesp iniciou na região um programa deno-

minado Pontal Verde, cujos objetivos básicos consistiam em recuperar essas áreas e promover a educação ambiental junto aos beneficiários dos assentamentos: a participação é fundamental para atingir tais metas.

O conceito básico desse programa era conciliar as atividades voltadas à preservação e recuperação ambiental dessas áreas de reserva com a implantação nelas de sistemas agroflorestais, pelos quais torna-se possível obter a exploração de recursos naturais de forma a gerar renda complementar aos assentados que se envolvem com esse trabalho.

Esse mesmo princípio foi adotado e levado adiante em diversos locais, dentre os quais podemos destacar o assentamento Laudenor de Souza, em Teodoro Sampaio, onde a Associação Beira-Rio, formada por beneficiários do assentamento, encampou a idéia, estabelecendo-se uma parceria que se mostrou muito interessante para a recuperação de 64 hectares de áreas de reserva.

A Fundação Itesp adquiriu, da Cati – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, órgão da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, 25 mil mudas de espécies nativas; a Prefeitura Municipal comprou insumos para o plantio e combate a pragas; a iniciativa privada, por meio da empresa ETH Bioenergia, dona da usina de açúcar e destilaria de álcool local Alcídia, cedeu máquinas e equipamentos para a preparação do solo; e os assentados, por sua vez, perfuraram um poço, montaram um viveiro, cercaram as áreas de reserva e realizaram o plantio, feito de acordo com o processo definido em conjunto com os técnicos da Fundação Itesp.

Numa rua foram plantadas mudas de espécies nativas, enquanto na seguinte há árvores frutíferas e outras que podem ser exploradas comercialmente, tais como citros, jaqueiras, seringueiras e urucum. Entre essas duas ruas, foram plantadas mudas de mamona, para evitar a propagação do mato. De quebra, a mamona pode ser colhida em um ano, oferecendo renda complementar para as famílias.

Essa experiência vai se transformar num novo paradigma para a recuperação de outras áreas de reserva legal em assentamentos do Estado de São Paulo. A parceria demonstra, ainda, que a convergência de interesses pode trazer bons resultados para o interesse público.

Outro projeto em desenvolvimento na região envolve parceria com a Amas – Associação de Mulheres Assen-

tadas do Pontal do Paranapanema, através da qual deverão ser recuperados 30 hectares de áreas de reserva nos assentamentos Haroldina e Canaã, com o plantio de urucum associado a espécies florestais nativas, para o que a Fundação Itesp já entregou 25 mil mudas.

Porém, o assunto não se limita ao Pontal do Paranapanema. Em Araras, no assentamento Araras IV, um grupo de assentados, também em parceria com a Fundação Itesp e uma associação civil (Aehda – Associação de Educação do Homem de Amanhã), está recuperando, por meio da implantação de sistemas agroflorestais, cerca de 8 hectares de áreas de reserva.

Recentemente, a Fundação Itesp elaborou um projeto ambicioso, cuja meta é recuperar cerca de 840 hectares no assentamento Guarani, nos municípios de Pradópolis e Guataparã, região de Araraquara, cuja viabilização ainda depende de definição de parceiros.

A Fundação Itesp ainda é proponente de um projeto junto ao Fundo Especial de Direitos Difusos, do Ministério Público Estadual, visando à recuperação ambiental nos assentamentos Santa Rita, Vista Alegre, Santa Angelina e Malu, situados no município de Caiuá, na região do Pontal do Paranapanema.

O projeto prevê a recuperação ambiental de 193 hectares de áreas de reserva legal e de preservação permanente, em parceria com a comunidade desses assentamentos, e envolve a capacitação de técnicos e das famílias assentadas, a construção de viveiros agroflorestais, a produção de mudas, o preparo e a conservação de solo, o cercamento das áreas e a manutenção dos plantios.

O custo total do projeto foi estimado em R\$ 1,2 milhão, dos quais R\$ 600 mil representam a contrapartida da Fundação Itesp no empreendimento, encontrando-se em fase de análise pelo Conselho Gestor do Fundo.

O secretário do Meio Ambiente, Xico Graziano, no Laudenor.



Licenciamento ambiental



A Fundação Itesp conta atualmente com sete novas áreas já arrecadadas, que se encontram em diversas fases de licenciamento ambiental. A Fazenda Porto Maria (Rosana) e a Fazenda Santa Inês (Batatais) já receberam a Licença de Instalação e Operação – etapa final do processo, sob o ponto de vista da legislação ambiental; a Fazenda São Camilo (Presidente Venceslau) e a Fazenda Santo Expedito (Teodoro Sampaio) já têm Licença Prévia.

Espera-se que brevemente também tenham seu licenciamento ambiental concluído, a exemplo das acima citadas. Já as áreas denominadas Santa Teresa (Euclides da Cunha Paulista), Nossa Senhora das Graças (Caiuá) e Asa Branca (Mirante do Paranapanema) estão em fase de obtenção da Licença Prévia.

O conjunto conhecido como “bloco de Mirante”, formado por 28 assentamentos contíguos e mais antigos, também aguarda a obtenção da Licença de Instalação e Operação.

Outros programas

Reflorestamento comercial – O programa objetiva fomentar as demandas por madeira apresentadas pelos beneficiários, com o fornecimento de mudas ou sementes de espécies de rápido crescimento para plantio nos próprios lotes agrícolas, possibilitando uma fonte alternativa de renda, diminuindo-se assim a pressão sobre a retirada ilegal dos remanescentes florestais nativos. Os beneficiários assumem a condução e a manutenção do reflorestamento das espécies, com acompanhamento dos técnicos da Fundação Itesp. Em 2007, foram fornecidas sementes de *Eucalyptus* para 170 famílias, com previsão de atendimento de mais 739 famílias em 2008, num total de 900 mil mudas.

Recuperação ambiental – Em 2008 serão fornecidos materiais para a construção de cercas em áreas de reserva nas quais se pretendem implantar novos projetos de sistemas agroflorestais, para o que, novamente, conta-se com a participação das famílias assentadas participantes do Programa de Recuperação Ambiental, totalizando 13 mil metros de cercas. Serão atendidos os assentamentos Marco II, Haroldina e Santo Antonio (Mirante do Paranapanema), Laudenor de Souza (Teodoro Sampaio), Cordeirópolis (Cordeirópolis), Araras I e IV (Araras) e Reage Brasil (Bebedouro). Já foram adquiridas cerca de 100 mil mudas de espécies florestais nativas para o reflorestamento de áreas de reserva, cuja entrega dar-se-á conforme as novas parcerias forem se consolidando.

Educação ambiental – A Fundação Itesp, em comemoração ao Dia da Árvore, em 21 de setembro, realiza Programa de Educação Ambiental voltado às comunidades assentadas e de remanescentes de quilombos, com ações voltadas à conscientização e discussão sobre os seguintes temas: saneamento básico (incluindo informações sobre o uso de fossas sépticas biodigestoras), coleta seletiva de lixo nas escolas (em parceria com as Prefeituras Municipais e outras entidades), uso correto de agrotóxicos e destinação de embalagens, capacitação em agrossilvicultura e produção de mudas agroflorestais.

* Laércio Lico Jr. é gerente de Infra-Estrutura e Meio Ambiente da Fundação Itesp.



O Itesp no Vale do Ribeira

Gustavo Ungaro *



No quilombo André Lopes, com secretário Marrey e André Moraes.

87 profissionais multidisciplinares, sediados em escritórios nas cidades de Pariquera-Açu, Eldorado, Jacupiranga, Iguape, Miracatu e Registro.

Em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente, o Itesp colabora na demarcação e cadastro do Parque Estadual da Serra do Mar e no processo do Mosaico do Jacupiranga, apóia as iniciativas do Fundo de Desenvolvimento do Vale do Ribeira – Fundesvar, da Secretaria de Desenvolvimento, implementa ações fundiárias previstas em convênio com o Incra nas Fazendas Valformoso, São Paulo e Vista Grande, e contribui nas ações judiciais relativas a questões fundiárias, atendimento solicitações da Procuradoria do Estado, do Ministério Público e do Poder Judiciário.

O Vale do Rio Ribeira de Iguape, no extremo sul do Estado de São Paulo, abrange – entre outras - a Região Administrativa de Registro, envolve 23 municípios associados no Comitê da Bacia Hidrográfica e encerra uma porção territorial de quase 2 milhões de hectares, configurando a maior área de reserva natural paulista, com 80% de Mata Atlântica preservada.

Os indicadores sociais e econômicos demonstram a possibilidade de intensificação do processo de desenvolvimento regional, para a melhoria da qualidade de vida da população. Por certo que se está a almejar um modelo desafiador, que concilie aumento de trabalho e renda com a conservação ambiental e o respeito aos modos tradicionais de vida e convivência das famílias de pequenos produtores rurais, quilombolas, indígenas e pescadores, entre outros. Nesse sentido, relevo deve ser dado aos vários modos de realização do desenvolvimento sustentável, tais como a agroecologia, o ecoturismo, a produção artesanal, o investimento para a manutenção das florestas nativas como espaços de biodiversidade e retenção de carbono, o acesso à cidadania e à justiça, o registro e a difusão dos saberes e culturas distintas.

Para colaborar com o necessário impulso público a essa dinâmica, o Itesp se faz presente na única região do Estado em que não há assentamentos rurais estaduais com programas de regularização fundiária de pequenos posseiros, reconhecimento, titulação, capacitação e assistência técnica a comunidades quilombolas, além de atividades de cadastro e demarcação de reservas e parques estaduais, tudo por meio da ação cotidiana de

Para dar efetividade à Constituição Cidadã, que comemora 20 anos de vigência democrática, já foram oficialmente reconhecidas 16 comunidades quilombolas da região, das quais seis receberam título dominial expedido pelo Estado, e todas contam com apoio técnico, atividades de formação e investimentos – estão quase prontas mais de 100 casas novas de alvenaria, feitas pela CDHU. Em termos de regularização fundiária, estão conveniadas cinco Prefeituras, com vistas à expedição de novos títulos de propriedade, além dos 11 mil entregues nos últimos anos. Também a prevenção e o enfrentamento ao tráfico de pessoas e à exploração sexual infantil têm firme participação do Itesp.

O Governo do Estado assegura a continuidade e a ampliação de tais ações, tanto por meio da destinação dos imprescindíveis recursos orçamentários para o funcionamento desta instituição, como articulando as políticas públicas e estimulando a atuação integrada e convergente. O Plano de Investimentos anunciado no final do ano passado pelo governador José Serra, em Registro, bem como as viagens do secretário Luiz Antonio Marrey à secção mais meridional do território bandeirante, revela o compromisso governamental com o belo e vasto Vale do Ribeira, incentivando seu desenvolvimento sustentável e solidário.

* Gustavo Ungaro, Diretor Executivo do Itesp, é Advogado, Bacharel e Mestre em Direito pela USP.



Vale do Ribeira: patrimônio valioso



A riqueza nativa do ponto de vista ambiental contrasta com a pobreza econômica nesse pedaço do Litoral Sul do estado. O cenário estimulou o lançamento de um plano de desenvolvimento da região de modo a mudar a história local, em especial dos quilombos que acrescentam valor histórico ao território.

Reportagem: Fernando Porfírio

Susana, Bernadete, Cícera, Rosilene. O destino reuniu essas quatro mulheres que tinham um sonho e um desafio: construir uma padaria, se tornarem empreendedoras e gerar renda para sustentar suas famílias e levar desenvolvimento para a sua gente. Todas são moradoras do quilombo do Morro Seco, uma das comunidades de antigos ex-escravos encravada no município de Iguape, no Vale do Ribeira. Elas se reconheciam fortes e capazes de criar oportunidades, mas ao mesmo tempo temiam que desânimo e ameaças pudessem bater às suas portas e arrancar o sonho de ser empreendedor. Foi quando apareceu Izantina Geraldina Modesto, que do alto de seus 75 anos, apontou o caminho para enfrentar o desafio: colocou na mesa R\$ 100 de sua aposentadoria para que o grupo desse o pontapé para viabilizar a padaria comunitária do Morro Seco.

A idéia deu certo e, hoje, com auto-estima, liderança, apoio e organização o negócio ainda artesanal produz por mês 3,2 mil pães que servem para consumo interno e é vendido nos bairros vizinhos. Uma vez por semana o produto é oferecido na feira de Juquiá. Mas as mulheres do Morro Seco ainda não estão satisfeitas. Aguardam a chegada de geladeira, *freezer*, além de fogão, batedeira e liquidificador industrial conquistados com o apoio de uma ONG (Organização Não-Governamental), a reforma de um galpão, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e um curso de gestão e empreendimento que será ministrado por técnicos da Fundação Itesp. Se tudo acontecer como o previsto vai ter festa de inauguração da padaria industrial das mulheres do Morro Seco. E mais, cada uma das cinco sócias planeja retirar cerca de R\$ 300 por mês.

Um outro exemplo de empreendimento que alia organização comunitária, geração de renda e segurança alimentar foi desenvolvido na comunidade quilombola de São Pedro, no município de Eldorado, onde se desenvolve a criação de tilápias. A comunidade já conta com sete viveiros de onde foi retirada nas duas primeiras safras mais de 1,8 tonelada do pescado. Agora, a experiência de São Pedro com a piscicultura vai se expandir para mais outras quatro comunidades: Maria Rosa,



Quilombo de Morro Seco.

Pilões, Galvão e Morro Seco. O projeto ganhou o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que assinou protocolo de intenções com a Fundação Itesp para o fortalecimento da criação de tilápias e de pacu nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. O projeto vai instalar novas unidades de criação e de abate dos peixes. O produto, além de ser consumido pela comunidade local e vizinhança, é vendido para a Ceagesp.

“A importância do projeto está em aproveitar de forma sustentável a riqueza da organização social quilombola e, principalmente, a oportunidade de desenvolver ações que garantam a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade socioambiental dessas comunidades”, diz Ana Eliza Baccarin, técnica do Itesp e coordenadora do projeto.

Mas as iniciativas não param por aí. Com o apoio da Fundação Itesp moradores da comunidade de André Lopes se especializaram como monitores ambientais e trabalham com turismo nas cavernas da região. As comunidades de Nhunguara e São Pedro produzem maracujá que é comercializado na Ceagesp. Mandira é conhecida pela produção e comercialização de ostras e pela oficina de costura tocada por um grupo de mulheres da comunidade. Em Pedro Cubas, os moradores investiram na produção de hortaliças e legumes.

Na região, o Itesp é reconhecido pelos moradores pelos trabalhos desenvolvidos por reconhecimento, titulação, assistência técnica às comunidades quilombolas e regularização de áreas urbanas e rurais. No ano passado, o Itesp reconheceu a comunidade quilombola de Poça (localizada em Eldorado) e entregou o título

de propriedade para a comunidade do Galvão (Eldorado-Iporanga). Ainda este semestre deverá publicar o reconhecimento da comunidade de Ribeirão Grande/Terra Seca, que tem 77 famílias e fica no município de Barra do Turvo. Outras duas comunidades quilombolas (Reginaldo e Terra Preta) que vivem em Barra do Turvo estão com o processo de reconhecimento avançado.

A Fundação Itesp, responsável pelas políticas agrárias e fundiárias no Estado de São Paulo, traduz essa competência, na região do Vale do Ribeira, no trabalho de reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos. Cerca de 651 famílias habitam núcleos remanescentes de quilombos na região do Vale do Ribeira, espalhadas pelos municípios de Eldorado, Iporanga, Cananéia, Iguape e Itaoca. A Fundação ainda é responsável pela assistência técnica e extensão rural a essas comunidades, por meio de investimentos públicos em saúde, educação, habitação e iniciativas de geração de renda, como atividades agrícolas, manejo florestal, produção de artesanato e capacitação dos moradores em diversos programas. O Itesp ainda tem outra frente de atuação na região, por meio do Programa Minha Terra, para a regularização fundiária de pequenas propriedades rurais e urbanas em parceria com prefeituras locais.

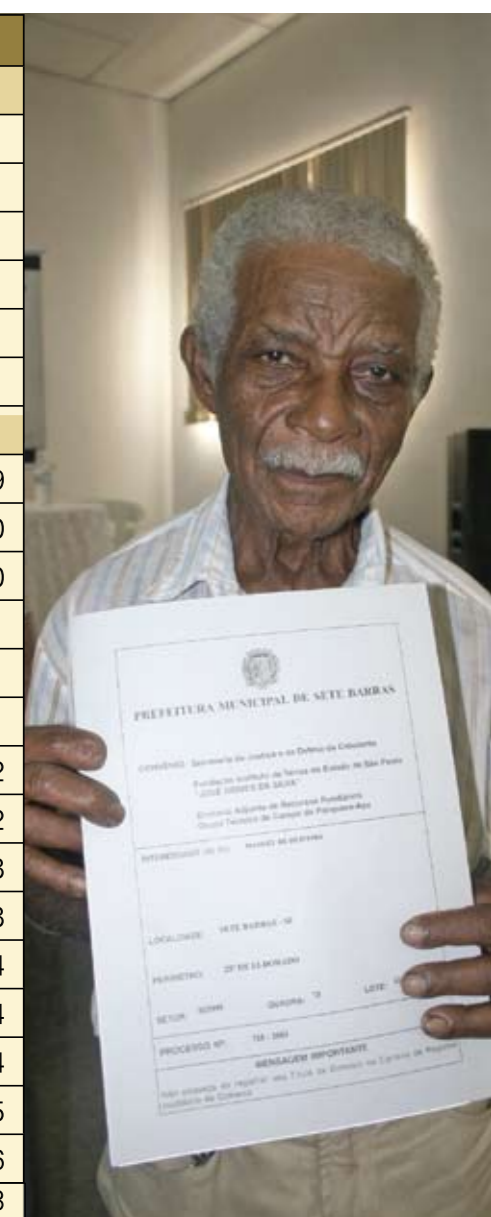
A instituição já reconheceu 22 comunidades quilombolas no Estado, sendo 16 no Vale do Ribeira, e hoje realiza trabalho para o reconhecimento de outras seis. No ano passado, investiu R\$ 75 mil nos planos de reconhecimentos dos territórios quilombolas de Reginaldo, Cedro e Pedra Preta. As origens dessas comunidades remontam à história do ciclo minerador iniciado no século XVII, que se apoiou na mão-de-obra de homens e mulheres negros escravizados. Com a Constituição de 1988, os quilombos passaram a ter assegurado o direito à propriedade da terra por eles ocupada. O Itesp atua para garantir o cumprimento desse preceito constitucional.

Quilombo de André Lopes.



Comunidade	Município	Área (ha)	Famílias (nº)	Ano
Comunidades Tituladas				
Ivaporunduva	Eldorado	2.754	98	2003
Maria Rosa	Iporanga	3.375	20	2001
Pedro Cubas	Eldorado	3.806	40	2003
Pilões	Iporanga	6.222	51	2001
São Pedro	Eldorado/ Iporanga	4.688	39	2001
Galvão	Eldorado/ Iporanga	2.234	29	2007
Comunidades Reconhecidas				
Cafundó	Salto de Pirapora	209	24	1999
Caçandoca	Ubatuba	890	19	2000
Jaó	Itapeva	165	53	2000
André Lopes	Eldorado	3.200	76	2001
Nhunguara	Eldorado/ Iporanga	8.100	91	2001
Sapatu	Eldorado	3.711	82	2001
Mandira	Cananéia	2.054	16	2002
Praia Grande	Iporanga	1.584	26	2002
Porto Velho	Iporanga	941	09	2003
Pedro Cubas de Cima	Eldorado	6.875	22	2003
Capivari	Capivari	7	17	2004
Brotas	Itatiba	12	32	2004
Cangume	Itaoca	724	33	2004
Camburi	Ubatuba	972	39	2005
Morro Seco	Iguape	165	47	2006
Poça	Eldorado	1126	41	2008

O quadro mostra a situação das comunidades quilombolas em 2008. À direita, Manoel de Oliveira, de Sete Barras, com o título.

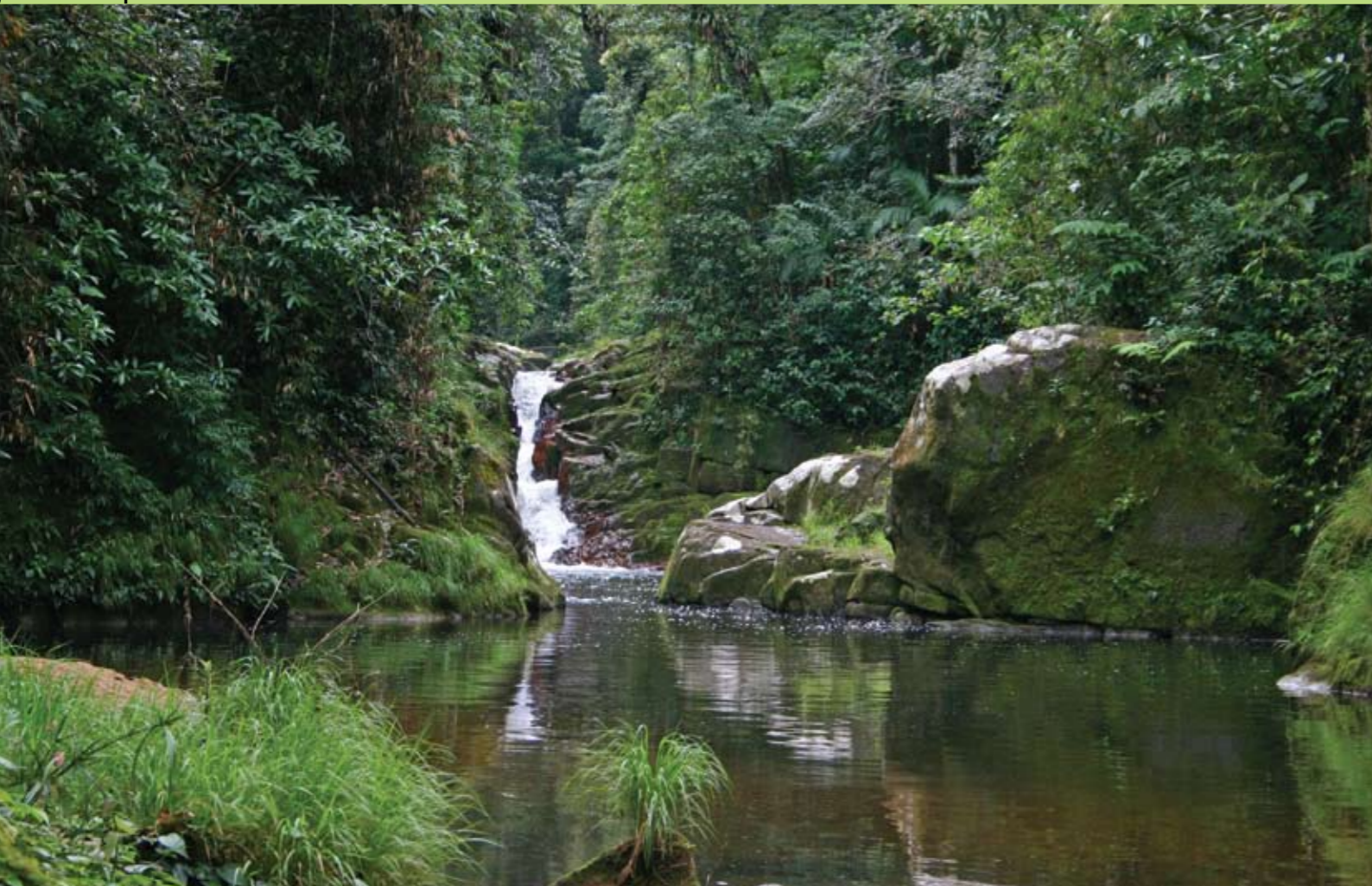


Esse trabalho é dividido em duas etapas: reconhecimento e titulação, porém, já na etapa de reconhecimento, o Itesp presta assistência técnica e extensão rural. A identificação parte de pedido da comunidade, complementado por um estudo técnico e antropológico. Em seguida, é feito o trabalho de reconhecimento. Se a comunidade ocupar terras públicas estaduais, é o próprio Governo do Estado que emite o título de propriedade em nome da associação de moradores. Se a área for particular, cabe ao governo federal fazer a regularização do território e conceder o título.

O secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania é um entusiasta do trabalho do Itesp com as comunidades remanescentes de quilombos. Em um ano e meio à frente

da Secretaria, Luiz Antonio Marrey visitou três vezes comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, região encravada no sul do Estado de São Paulo, marcada pelo contraste entre um valioso patrimônio ambiental e a pobreza histórica confirmada por baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). A última ocorreu numa segunda-feira de junho. Marrey, acompanhado do secretário adjunto da Habitação, Ulrich Hoffmann, e de técnicos da Fundação Itesp, tendo à frente o diretor-executivo da instituição, Gustavo Ungaro, visitou três comunidades da região: André Lopes, São Pedro e Ivaporunduva.

Na visita a André Lopes, Marrey entregou o reconhecimento oficial da 22ª comunidade quilombola do Estado: a de Poça. Em São Pedro, o primeiro título de



A cachoeira do Mandira é uma das riquezas naturais da região, com florestas típicas de Mata Atlântica.

propriedade registrado, em atendimento à nova normativa que exige o georreferenciamento de toda a propriedade, para os quilombolas de Galvão. A última etapa da visita era conhecer a comunidade de Ivaoporunduva, ouvir as reivindicações de suas lideranças e, no local, entregar para representantes da comunidade quilombola de Sapatu os termos de permissão de uso de uma fábrica de processamento de banana, uma quadra de esportes e uma oficina de artesanato, todas construídas com recursos do governo paulista. Depois de atravessar o rio de balsa e percorrer cerca de dois quilômetros de estrada de terra, a comitiva chegou a Ivaoporunduva. O sino da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos tocou chamando a comunidade para receber a comitiva do governo paulista.

Riqueza natural

O Vale do Ribeira é uma das mais belas regiões do Estado e se destaca pelo alto grau de preservação de floresta e pela diversidade ecológica. Seus mais de 2,1 milhões de hectares de florestas equivalem a aproximadamente 21% dos remanescentes de Mata Atlântica

existentes no Brasil, transformando-a na maior área contínua desse importante ecossistema do País. Nesse conjunto de áreas preservadas são encontradas não apenas florestas, mas importantes remanescentes de restingas e de manguezais. São parques com reservas ainda intocadas da Mata Atlântica, diversidade de espécies, rico ecossistema, tribos indígenas, grupos de caiçaras, comunidades remanescentes de quilombos e um passado ligado à exploração do ouro. O Vale hoje é formado por 23 municípios e, com suas riquezas ambientais, foi eleito pela Unesco como patrimônio natural da humanidade.

A paisagem surpreende os visitantes. A mata guarda uma enorme variedade biológica constituída de cerca de 400 espécies de aves e de mais de uma centena de répteis, anfíbios e mamíferos. O Vale do Ribeira conta com território inferior a 5% da área do Estado de São Paulo segundo o IRPS (Índice Paulista Responsabilidade Social) de 2006. Seus 480 mil habitantes representam pouco mais de 1% da população do Estado, densidade demográfica abaixo de 25 habitantes por

quilômetro quadrado — a menor entre as 15 Regiões Administrativas do Estado.

A economia do Vale do Ribeira é voltada à agricultura, à mineração e ao turismo, sobretudo pelo potencial de praias como as de Iguape, Ilha Comprida e Cananéia, e o conjunto de cavernas dos parques estaduais. Na agricultura, a banana deu à região o título de maior produtora da fruta do Estado, seguida pelo chá — levado ao Vale do Ribeira pelos imigrantes japoneses no início do século 20 —, a tangerina e o maracujá.

O Vale está situado no sul do Estado de São Paulo e invade o leste do Paraná, abrangendo a Bacia Hidrográfica do rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá. Tem área de 2.830.666 hectares e abriga uma população estimada de 481.224 habitantes, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Do lado paulista são 23 municípios.

O valioso patrimônio ecológico contrasta com os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Historicamente, o Vale do Ribeira é uma das regiões mais pobres do Estado de São Paulo. Os índices de seus

municípios são inferiores às médias estaduais, assim como os graus de escolaridade, emprego e renda de suas populações, entre outros indicadores, são tradicionalmente menores do que os de outras populações. A busca por empregos e oportunidades são ingredientes que estimulam a migração de parte da população economicamente ativa e jovem para outras regiões.

Em 1999, a Reserva de Mata Atlântica do Sudeste, constituída por 17 municípios do Vale do Ribeira, tornou-se uma das seis áreas brasileiras que passaram a ser consideradas pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) como Patrimônio Natural da Humanidade. Em 24 Unidades de Conservação (UCs) integral ou parcialmente inseridas no vale encontram-se espécies raras tais como o cedro, o palmito, a canela, a araucária e a caxeta, além de diversidade de bromélias e orquídeas.

Levantamentos preliminares em algumas dessas unidades encontraram dezenas de espécies ameaçadas de extinção. Entre elas o monocarvoeiro, a onça-pintada, a jaguatirica, o veado-campeiro, a jacutinga, o jacaré-de-papo-amarelo e o papagaio-de-cara-roxa, além de 42 espécies endêmicas como o beija-flor rajado, o boto cinza, o zabelê e o

Entre as ricas manifestações culturais quilombolas estão as danças; aqui, dança afro.



mico-leão-da-cara-preta. Uma característica singular da região é que as áreas preservadas não se encontram apenas nos parques e estações ecológicas, mas também em terras indígenas, quilombolas e nos bairros rurais, onde predomina a pequena agricultura de subsistência.

Os principais ciclos econômicos que se instalaram no Vale do Ribeira ao longo da história foram a exploração aurífera, a partir do século 17, e de outros minérios até décadas recentes, e as culturas do arroz, do café, do chá e da banana. Esses ciclos transformaram o Vale do Ribeira em fornecedor de recursos naturais de baixo custo, explorados sem qualquer respeito ao patrimônio ambiental e cultural e sem geração de benefícios para a população local.

A preservação ambiental é a vocação natural do Vale do Ribeira e o Itesp tem se empenhado no incentivo a projetos de desenvolvimento sustentável. Estudos realizados pelo governo paulista apontam que o Vale do Ribeira se caracteriza pela grande concentração de pequenas propriedades, com até 50 hectares. A principal atividade econômica é a produção de banana, seguida da carne bovina, do tomate e da tangerina. A economia regional produz ainda chá-mate, arroz, milho, flores, além da atividade de pesca em sua porção litorânea. Entre as comunidades quilombolas e pequenos sítiantes além do plantio da banana e da criação de pequenos animais, se destaca a produção de mandioca, milho, hortas, frutas e mel. Na área litorânea, a pesca da lagosta.

Patrimônio cultural

Não é só a riqueza ambiental que torna a região do Vale do Ribeira singular. Seu patrimônio cultural é igualmente valioso. Em seu território se encontra o maior número de comunidades remanescentes de quilombos de todo o Estado de São Paulo: comunidades remanescentes de quilombos, populações caiçaras, tribos de índios Guaranis, pescadores tradicionais e pequenos produtores rurais. Trata-se de uma diversidade cultural raramente encontrada em locais tão próximos

de regiões altamente urbanizadas, como a cidade de São Paulo.

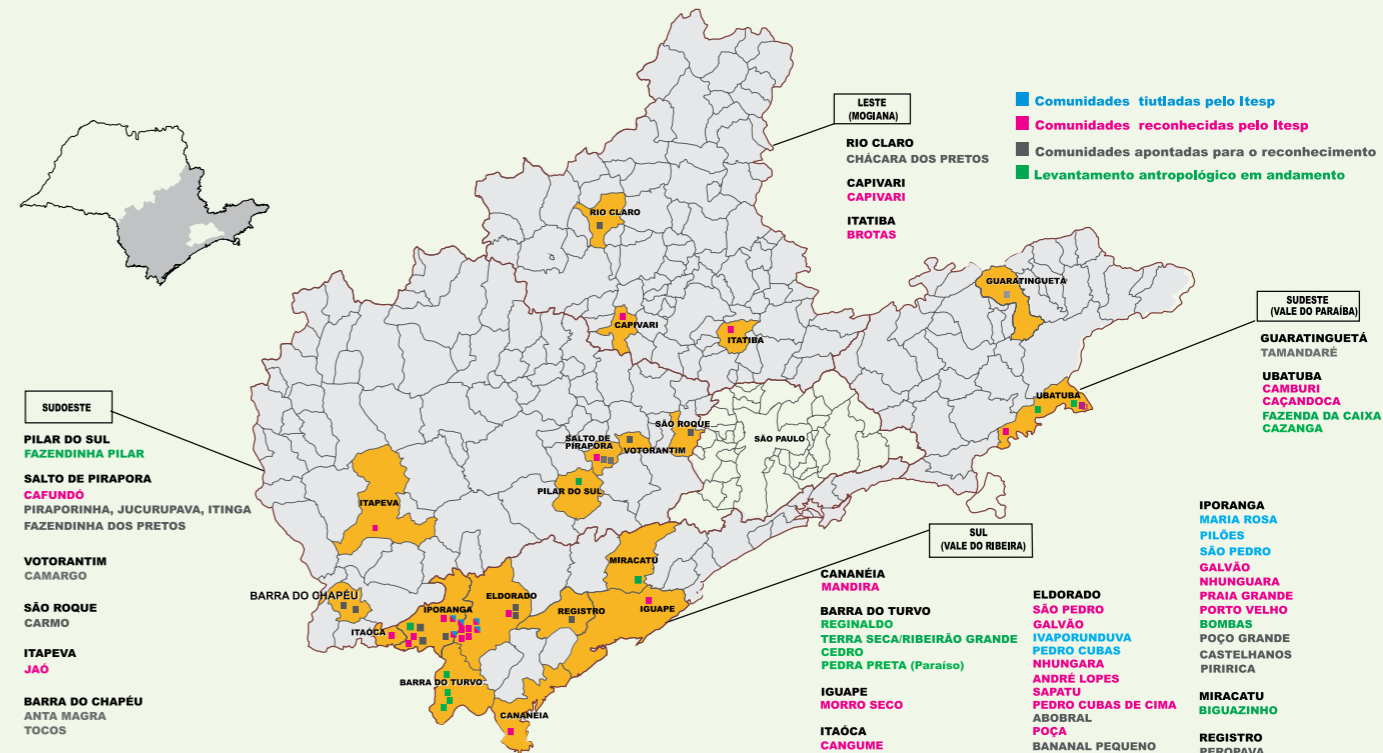
De 1998 – quando o governo paulista reconheceu cinco comunidades quilombolas (Ivaporunduva, Maria Rosa, Pedro Cubas, Pilões e São Pedro) – a maio deste ano, quando o diretor executivo do Itesp, Gustavo Ungaro, mandou publicar no *Diário Oficial* do Estado o reconhecimento de Poça, a vida das famílias moradoras de comunidades remanescentes de quilombos mudou para melhor. O governo investiu na construção e reforma de escolas, no abastecimento de água, na distribuição de sementes e pequenos animais, no apoio à criação de aves domésticas e ao cultivo de hortas, na distribuição de equipamentos e ferramentas e em atividades de capacitação e formação.

As comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira praticam uma economia que se assenta na mão-de-obra familiar e está orientada prioritariamente para a satisfação das necessidades do grupo doméstico. O sistema de produção se sustenta basicamente em atividades agrícolas e extrativistas. Além disso, criam animais de pequeno porte (tais como galinhas, porcos, patos, cabritos e perus), que utilizam como alimento e como eventual fonte de renda, e pescam nos rios e córregos da região.

As comunidades também extraem produtos como sapé e taquara (utilizados para cobertura de casas e fabricação de utensílios). Na agricultura plantam arroz, milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, batata-doce, frutas (abacaxi, maracujá, mexerica), hortaliças (couve, cebola, alface, alfavaca, cebolinha) e alguns produtos vegetais silvestres (tais como o coentro e o gengibre).

Algumas comunidades também cultivam banana para a comercialização. De forma geral, esse cultivo é realizado apenas em pequena escala, já que o transporte do produto para os centros consumidores é bastante difícil.

O palmito juçara (quilombo de Nhunguara) e a banana (quilombo de Ivaporunduva) são fonte de renda na região.



Mapa das comunidades quilombolas no Estado de São Paulo.

Por enquanto, apenas a comunidade de Ivaporunduva conta com uma infra-estrutura mais desenvolvida para a realização dessa atividade e comercializa a banana em maior escala.

A população indígena do Vale do Ribeira está organizada em 13 aldeias Guarani formadas por famílias pertencentes aos subgrupos Mbyá e Ñandeva. A Fundação Nacional do Índio (Funai) estima que a população indígena na região tenha mais de 400 indivíduos. Os Guarani Mbyá vivem próximos ou mesmo dentro de Unidades de Conservação e nelas se relacionam com os recursos naturais de modo tradicional, pois seu padrão de economia está baseado na agricultura de subsistência. A caça e a pesca são atividades sazonais e sua relação com o espaço e a natureza também é pautada por preceitos religiosos e éticos. A presença do povo Guarani no Vale do Ribeira é marcada por intensa mobilidade de sua população, devida, em parte, à falta de regularização fundiária de seus territórios tradicionais, que muitas vezes são sobrepostos às áreas de UCs.

Manejo sustentável

Hoje na região há uma série de projetos e ações de geração de renda e manejo sustentável de recursos naturais colhendo resultados positivos. Um bom exemplo é o turismo, que gera empregos na região. Uma das maiores atrações é o conjunto de cavernas calcárias, um dos mais expressivos do mundo. As mais famosas, entre cerca de

200 catalogadas, são as cavernas do Diabo, Santana, Morro Preto, Água Suja e Casa da Pedra.

O investimento público em parques, estradas e roteiros comprova que o ecoturismo e o turismo de aventura são apostas dos governos estadual e federal para a região. Em novembro de 2005, por exemplo, o governo de São Paulo conseguiu um empréstimo de US\$ 20 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para investimento no setor. Como contrapartida, se comprometeu a aplicar US\$ 6 milhões em estratégias voltadas para o crescimento do turismo na região e para a preservação do meio ambiente.

O manejo agroflorestal, com a produção e comercialização de mudas de espécies nativas da Mata Atlântica, também tem ganhado espaço do Vale do Ribeira e vem sendo adotado por muitas comunidades como alternativa para geração de renda. É o caso dos bairros Guapiruvu e Rio Preto, no município de Sete Barras. As respectivas comunidades rurais produzem em viveiros e comercializam mudas de espécies florestais da Mata Atlântica, principalmente aquelas ameaçadas de extinção, como a palmeira juçara, para reflorestamento.

O manejo da juçara também tem dado bons resultados. A proposta é fazer o manejo das frutas desta árvore, produzindo um suco de alto valor energético e bastante similar ao já conhecido açai. A produção do suco



Gustavo Ungaro, Luiz Antonio Marrey e Samuel Moreira em visita a Eldorado. À direita, governador Serra em Registro.



é uma alternativa ao corte da palmeira, pois a renda obtida com o suco é maior. O projeto iniciou-se em Sete Barras, e realiza atividades também em Tapiraí, outro município do entorno do parque Carlos Botelho.

A atividade de maricultura, como a criação de ostras, mariscos e peixes em viveiros, também tem apresentando resultados positivos para as comunidades caiçaras do Vale do Ribeira e para a comunidade quilombola de Mandira, localizada em Cananéia. Mandira, aliás, concentra parte dos produtores que formam o exemplo mais bem-sucedido no setor, a Cooperativa dos Produtores de Ostras de Cananéia (Cooperostra).

A cooperativa chega a comercializar no verão em torno de 1.500 dúzias por semana. Neste período de intensa produção, cada um dos 35 cooperados chega a ganhar R\$ 640 por semana. A grande conquista do coletivo de criadores foi poder manter, com viveiros, a produção durante o defeso da ostra, de dezembro a fevereiro, quando a extração do mangue é proibida e a demanda pelo produto chega ao máximo, em razão dos turistas presentes no Litoral Sul.

Até meados dos anos 1990, os 140 coletores de ostra da região de Cananéia não realizavam nenhum tipo de manejo na extração. Não respeitavam o tamanho mínimo de coleta do molusco – 5 centímetros – nem o período de reprodução da espécie. Os caiçaras ainda vendiam as ostras em grande quantidade e com preço baixo para atravessadores, os únicos com acesso ao mercado consumidor. Em 1994 as famílias começaram a discutir formas de mudar essa situação e, em parceria com a Fundação Florestal de São Paulo, fizeram o primeiro viveiro de engorda. Em 1997 o grupo se reuniu e resolveu cortar a venda para os atravessadores e abrir uma cooperativa, em que todos os coletores seriam donos do negócio.

Hoje a Cooperostra tem uma unidade beneficiadora, onde as ostras passam por um processo de depuração em tanques com água esterilizada. Esse padrão de higiene possibilitou que a produção recebesse do Ministério da Agricultura o certificado do Serviço de Inspeção Federal (SIF), o que a qualifica a buscar os mercados mais exigentes do País, como São Paulo.

Pacote de desenvolvimento

Esse quadro estimulou o governador José Serra a anunciar em outubro do ano passado, na cidade de Registro, um pacote de medidas para o desenvolvimento do Vale do Ribeira, no sudoeste do Estado. O plano reúne recursos de R\$ 220 milhões para 23 municípios da região. Os recursos estão sendo aplicados em ações para a recuperação de 143 quilômetros de estradas, compra de equipamentos para hospitais, aquisição de ambulâncias, construção de unidades habitacionais, canalização de córregos, regularização fundiária e investimentos em comunidades quilombolas.

O montante destinado para o Vale é quatro vezes superior ao orçamento da maior cidade da região, Registro, hoje com cerca de 55 mil habitantes e com dotação orçamentária de R\$ 50 milhões anuais. A verba será aplicada em obras consideradas estratégicas para o desenvolvimento da região e para elevar a qualidade de vida de 480 mil moradores. O cronograma foi elaborado por um grupo de nove secretarias de Estado, ao longo do primeiro semestre do ano passado.

A área de transportes é uma das que receberão o maior volume de recursos. Serão aplicados R\$ 68,4 milhões na revitalização das estradas da região. Ao todo, serão recuperadas oito estradas, e duas vão receber pavimentação. O transporte, especialmente da produção local, também é o alvo das ações da Secretaria de Agricultura.

ra. Por meio do programa Melhor Caminho, que recupera estradas rurais, serão aplicados R\$ 8,6 milhões em 135 quilômetros de vias.

Para fortalecer a economia da região, o governo está investindo no desenvolvimento de novas mudas e sementes, em projetos do desenvolvimento da cultura da banana, na capacitação profissional em áreas de interesse dos produtores rurais e nos projetos de estímulo ao crédito. Um montante de R\$ 10 milhões vai para programas de apoio à agricultura e à pecuária. Ainda no campo, R\$ 1,61 milhão será aplicado para a regularização fundiária. As comunidades da região serão beneficiadas com reconhecimento de mais dez comunidades quilombolas, entre outros itens, como implantação e melhoria de infra-estrutura local, apoio à produção e formação de técnicos e produtores.

Investimentos do Itesp

O Itesp se faz presente no Vale do Ribeira por meio de escritórios em Pariqueira-Açu e Eldorado e postos em Iguape, Registro e Jacupiranga, estes para realização dos trabalhos de regularização fundiária. Por meio de convênios com os municípios da região, a entidade está especialmente empenhada na regularização fundiária

no Vale do Ribeira. No ano passado, foram investidos R\$ 1.347.524,64 nas comunidades quilombolas, em ações de regularização fundiária e no apoio à produção. Foram 108 kits de aves, 232 kits de horta doméstica e 240 quilos de sementes.

Em outra frente, o Itesp firmou convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para execução do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil. A proposta pretende elaborar um cadastro georreferenciado de todos os imóveis rurais dos municípios selecionados e executar um amplo Programa de Regularização Fundiária. Esse programa é dirigido a pequenos agricultores familiares favorecendo o saneamento do sistema de Registro Público de Imóveis Rurais.

A Fundação Itesp também firmou parceria com o Incra para realizar ação conjunta de levantamento topográfico e de cadeia dominial dos imóveis federais localizados em comunidades quilombolas. A parceria inclui os imóveis Fazenda Valformoso, em Sete Barras, Fazenda São Paulo, em Pedro de Toledo, e os quilombos em Iguape, Iporanga, Eldorado e Miracatu. O convênio tem o valor de R\$ 422.265,00 sendo R\$ 177.000,00 em recursos do Itesp e R\$ 245.265,00 em recursos do Incra.

Quilombos mostram sua cultura

A primeira feira quilombola, que aconteceu em 2007 no Parque da Água Branca, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, mostrou aos paulistanos a riqueza da cultura, dos trabalhos artesanais e de produtos agrícolas dos quilombos paulistas. A feira, rica em tradições seculares, marcou o Dia da Consciência Negra. O evento, chamado de Quilombos de São Paulo: Expressão Viva da Consciência Negra, teve a participação de mais de 100 quilombolas vindos de 19 comunidades do Estado reconhecidas pelo Itesp. Quem passou pelo parque pôde assistir a apresentações de danças e visitar a feira com produtos das comunidades.

“Temos obrigação de superar a desigualdade de tantos anos e uma forma de fazer isso é dar mais visibilidade a essas comunidades”, afirma o secretário Marrey, arrematando: “O povo de São Paulo precisa saber que no seu Estado há remanescentes de quilombos, mas precisa ir além e descobrir a vida e a cultura dessas comunidades”. Marrey passeou pela feira, comprou presentes para a família, conversou com quilombolas e foi convidado a visitar a comunidade de Mandira, em Cananéia, onde os quilombolas têm uma cooperativa para produção de

ostras. Na barraca da comunidade de Ivaporunduva, por exemplo, ficou impressionado com o artesanato de palha de bananeira. Os quilombolas trouxeram peças como bolsas, porta-jóias, almofadas, cestas, tapetes e esteiras, entre outras.

No estande do quilombo de Pedro Cubas estavam à venda produtos à base de banana, como doces e bananas fritas (do tipo *chips*), de grande sucesso entre os visitantes: os 188 saquinhos levados pela comunidade todos foram vendidos antes do final da feira. A bala de banana também acabou cedo. O doce de banana é o produto mais tradicional das comunidades remanescentes de quilombos e em muitas delas ainda feito em tacho, embalado em palha de milho e conservado em jiraus, espécie de prateleiras de bambus.

A comunidade de Mandira vendeu 80 das 100 dúzias de ostras que levou para a feira. De acordo com levantamento parcial feito pelos organizadores da feira, os visitantes que passaram pelo parque da Água Branca levaram 150 quilos de mel, 73 quilos de farinha de mandioca e cerca de 80 peças de artesanato.

Legislação: o processo e a causa quilombola

Alexandre Moura de Souza *

Um ponto importante para a compreensão das políticas aplicadas para as comunidades remanescentes de quilombos diz respeito à estratégia processual adotada pelo poder público em juízo.

Com efeito, após anos de experiência adquirida no trato da questão quilombola, constatamos que a base de todas as políticas governamentais nessa questão passa pelo crivo da regularização fundiária.

Vale dizer, a destinação de recursos às comunidades, a construção de moradias, licenciamento ambiental, criação de unidades de conservação em território quilombola, reconhecimento da comunidade, titulação, retomada de áreas ocupadas por não quilombolas, tombamentos, acordos celebrados com diversos órgãos, etc., passam pelo crivo da regularização fundiária. Registre-se que a solução da questão fundiária facilita em muito o desenvolvimento das demais políticas públicas.

Dentro desse panorama, deve ser ressaltada a participação da Secretaria da Justiça, Procuradoria Geral do Estado – PGE e do Itesp, órgãos parceiros e intimamente ligados à questão fundiária no Estado de São Paulo, sobretudo no cumprimento do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, *verbis*:

“Art. 68 - Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.”

A regularização fundiária dos remanescentes de quilombos serve, inclusive, de base para a proteção de nosso patrimônio histórico e cultural, bem este protegido pela Constituição Federal em seus artigos 215 e 216. Lembre-se que sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos constituem bens protegidos pela Constituição Federal, devendo toda a sociedade protegê-los.

Nessa altura, cumpre indagar: quais instrumentos processuais são utilizados para a regularização fun-

diária dos remanescentes de quilombos e a proteção dos sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos? Indicamos os seguintes instrumentos processuais:

- ✓ Ação discriminatória;
- ✓ Ação cautelar de notificação;
- ✓ Ação possessória;
- ✓ Ação reivindicatória;
- ✓ Ação de usucapião;
- ✓ Ação civil pública;
- ✓ Ação de desapropriação;
- ✓ Alvará.

Cumpra analisar, em poucas palavras, a utilização de cada ação acima descrita em prol da causa quilombola.

A **ação discriminatória** tem por objetivo maior decifrar a real natureza jurídica de uma determinada área, descrevendo aquilo que é público e aquilo que é privado. A ação discriminatória é composta, em linhas gerais, de duas fases distintas.

A primeira é aquela onde é feita a análise jurídica dos títulos apresentados em juízo pelos ocupantes, possuidores ou supostos proprietários da área, enfim, daquelas pessoas que foram citadas para integrar a demanda. A análise jurídica desses títulos redundará na sentença proferida na primeira fase, declarando aquilo que é domínio público ou privado.

A segunda fase da ação discriminatória é composta por trabalhos de divisão e demarcação de terras. Esses trabalhos buscam traduzir para o mundo fático aquilo que foi decidido pela sentença na primeira fase da ação. Vale dizer, na segunda fase da ação discriminatória é que teremos a apuração exata em campo e nas plantas elaboradas pelos peritos daquilo que é público e daquilo que é particular, podendo conter nesses trabalhos a indicação de comunidades quilombolas, facilitando a futura titulação dos remanescentes de quilombos.

A ação de **notificação** é uma ação de natureza cautelar muito utilizada pelo Estado de São Paulo e Itesp

para o auxílio na retomada das áreas ocupadas por terceiros em terras tituladas em prol das comunidades remanescentes de quilombos. Ela antecede a propositura da ação possessória, e serve para constituir em mora o ocupante não desejado pela comunidade remanescente de quilombos. Com a propositura dessa ação fica caracterizado o esbulho possessório daquele que ocupa indevidamente território titulado em prol da comunidade quilombola.

A ação **possessória** é aquela efetivamente utilizada pelo Poder Público para a retomada das áreas indevidamente ocupadas por terceiros em territórios titulados em prol dos remanescentes de quilombos.

Configurado o esbulho em prazo de ano e dia, há a possibilidade de concessão de liminar no bojo dessa ação, possibilitando a rápida retomada da área em prol da comunidade quilombola. Geralmente há o depósito judicial do valor das benfeitorias no bojo dessa ação, garantindo-se a efetivação da justiça no campo para o terceiro que ocupava e produzia a área.

A ação **reivindicatória**, embora tenha natureza jurídica distinta da ação possessória, em termos práticos também poderá ser utilizada em prol das comunidades quilombolas, valendo-se do mesmo raciocínio empregado para as ações possessórias. Na ação reivindicatória há a necessidade de demonstração do domínio como fator preponderante para a retomada da área indevidamente ocupada.

A ação de **usucapião** também poderá servir de instrumento de reconhecimento e declaração de domínio em prol da comunidade remanescente de quilombo, ou até mesmo de um único indivíduo ou unidade familiar quilombola, ficando a sua utilização a critério da comunidade quilombola.

A ação **civil pública** é aquela que serve para a tutela dos interesses difusos, coletivos, ou individuais homogêneos, podendo ser utilizada em prol dos interesses dos remanescentes de quilombos, notadamente para a proteção do patrimônio histórico e cultural, bem como

para a garantia de permanência dos quilombolas na área reconhecida como tal. Ela também poderá ser utilizada para a tutela da saúde, religião, moradia e outros direitos inerentes às comunidades quilombolas.

A ação de **desapropriação** é instrumento processual a serviço do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, aplicável nas hipóteses de necessidade de expropriação de um determinado bem para o atendimento de uma causa pública maior.

Em regra a expropriação incidirá sobre um bem particular, mas em caráter de exceção poderá atingir bem público. Ela terá cabimento, via de regra, naquelas hipóteses de áreas remanescentes de quilombos inseridas em propriedades particulares.

Na ação de desapropriação é possível a concessão de liminar para retomada da área ocupada por terceiros não quilombolas, possibilitando a rápida pacificação em campo.

Para aquelas situações em que há necessidade de levantamentos em campo pelo Poder Público, porém não havendo a anuência do ocupante da área, impedindo o prosseguimento dos trabalhos de reconhecimento dos remanescentes de quilombos (relatórios, laudos, etc.), há a possibilidade de propositura de pedido de **alvará** perante o juiz da comarca, sendo esse pedido enquadrado como procedimento de jurisdição voluntária. Trata-se de instrumento de grande valia para os trabalhos técnicos em campo.

Em apertada síntese, esses são os instrumentos processuais passíveis de ser utilizados em prol da causa quilombola.

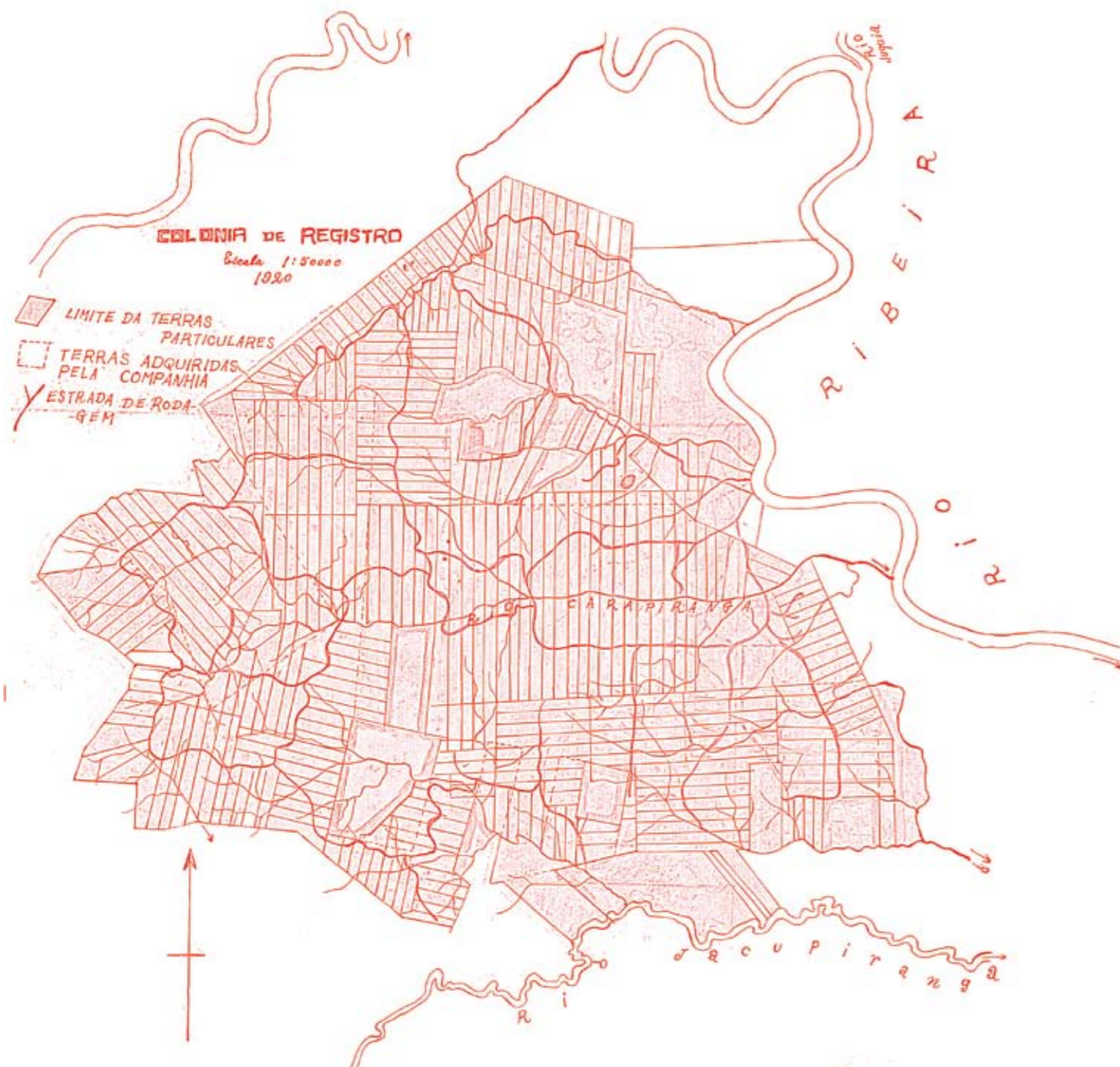
* Alexandre Moura de Souza é procurador do Estado de São Paulo. Pós-graduando em Processo Civil pela Universidade Católica de Santos



São Paulo: berço da colonização japonesa

O Vale do Ribeira é marcado pela centenária imigração japonesa: concentrou os primeiros núcleos que vieram no navio Kasato Maru, em 1908, para trabalhar na agricultura. Tudo devidamente registrado em documentos preciosos.

Reportagem: Regina Bonomo



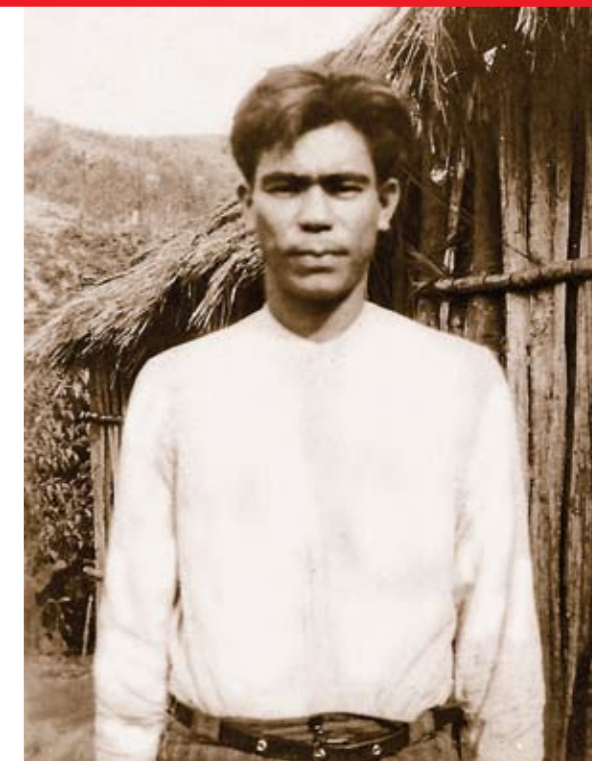
Há 100 anos, a imigração japonesa começou exatamente aqui: em São Paulo. O tratado que trouxe os primeiros imigrantes japoneses ao Brasil foi firmado entre a Companhia Imperial de Emigração do Japão com o então secretário da Agricultura, Carlos Arruda Botelho, em 1907, logo após a publicação da Lei de Imigração e Colonização, na verdade o Decreto nº 1.458, de 10 de abril daquele ano, que autorizava a entrada de 3 mil japoneses ao País em quotas anuais de mil pessoas.

Em 1908, quando os primeiros imigrantes japoneses aportaram em Santos, vindos pelo navio Kasato Maru, o Brasil era essencialmente agrícola, tendo o café como uma cultura promissora, como mais tarde se comprovou, tornando-se, por longo tempo, a base da economia brasileira.

Os imigrantes japoneses vinham para ocupar os mesmos lugares dos italianos e dos espanhóis, que começaram a chegar bem antes, por volta de 1860: as fazendas de café no interior do Estado que passavam pela transição da mão-de-obra escrava para o trabalho assalariado, prática definitivamente estabelecida após a abolição da escravidão, em 1888, pela monarquia agonizante.

Mas dos 781 japoneses que chegaram a São Paulo em 18 de junho de 1908, após 52 dias de viagem partindo do porto de Kobe, uma parte veio ocupar as colônias de imigrantes que governo paulista estava criando em terras devolutas, isto é, em terras que não tinham sido registradas até 1850, declaradas então pertencentes ao Estado.

As primeiras colônias foram criadas na região sul do Estado de São Paulo, entre serras e vales, hoje conhecida como Vale do Ribeira. Os primeiros núcleos surgiram em Iguape, que abrangia Registro, Sete Barras e Gipuvura. Os pequenos povoados receberam imigrantes japoneses entre as décadas de 10 até 40, em colô-



Em foto de 1933, 25 anos após a chegada.

nias divididas por lotes de cerca de 1,5 hectares, com a promessa de trabalharem para pagar o lote ganho.

Posteriormente, vieram as colônias de Registro, que somente em 1945 tornou-se independente de Iguape, e o núcleo de Sete Barras, que por sua vez emancipou-se de Registro em 1959.

A Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha, conhecido como KKKK, era a Companhia Ultramarina de Desenvolvimento japonesa que administrava no Brasil as colônias de imigrantes, intermediava os pagamentos, cuidava das escolas, da saúde e do desenvolvimento de cada colônia, como mostram os relatórios anuais enviados ao Departamento de Imigração e à Secretaria da Agricultura.

Nesses relatórios constam as famílias que se fixaram nos lotes, seus pais e filhos, idades, cidades de origem e algumas descrições sobre sua saúde, dados que eram acompanhados pelo KKKK, assim como a produção, as moradias e as condições sanitárias.

Hoje, parte desses relatórios está sob cuidados da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – Itesp, instituição vinculada à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, herdados dos antigos departamentos responsáveis pelo recurso fundiário do Estado, hoje tarefa da Itesp.



Relatórios descrevem divisão de terras

Um dos relatórios, datado de 1º de março de 1920, é endereçado ao diretor interino de Terras, Colonização e Imigração do Estado de São Paulo, da Secretaria da Agricultura. Trata-se do quinto relatório referente a uma área de 9.336,5614 hectares de terras devolutas, situadas “na zona entre os rios Ribeira e Jacupiranga”, recebidas do Estado pela Companhia Imperial Japonesa, em 18 de agosto de 1916.

O relatório descreve que estas terras foram divididas em 30 lotes, “construindo-se 126.201 metros de estradas para comunicação com a colônia de Registro.” Nestas terras, segue o relato, residem 481 famílias de japoneses, compostas por 2.176 indivíduos. Registra, ainda, 46 famílias que vieram diretamente do Japão durante o ano de 1920, em quatro viagens. Nesse mesmo ano foram registrados 147 nascimentos e 32 óbitos.

A colônia possuía duas escolas públicas, construídas em 1919, “uma para o sexo masculino e outra para o feminino”, dirigidas por professores enviados pelo Governo do Estado. A escola ficava no centro da colônia, para conter o maior número de crianças, então 280 em idade escolar. Quanto à produção, a colônia tinha arroz, milho, feijão, aguardente, açúcar e farinha de mandioca. O relatório é assinado por Kitaro Aoyagui, diretor da KKKK.

O geógrafo e analista de desenvolvimento fundiário e responsável técnico do Grupo de Cadastro da Darf – Itesp, Antonio Guilherme Indig Sobrinho, é quem mais manuseia esses documentos, para fins de regularização fundiária, principalmente de áreas do Vale do Ribeira, segundo ele, região tão conflituosa quanto o Pontal do Paranapanema.

“São documentos históricos valiosos que comprovam hoje o domínio de certas áreas que trazem dúvidas e inconsistências no registro, muitas vezes porque o próprio Estado deixou de acompanhar o pagamento de alguns lotes, impedindo que o ocupante tivesse a posse definitiva da área”, explica Indig.

Por meio desses processos antigos é possível fazer a cadeia dominial de uma área, resgatando a história e comprovando se realmente está sob domínio daquela família, possibilitando a regularização fundiária de vários lotes que permanecem ainda com registro pendente nos cartórios de imóveis.



A família Sugeiy, núcleo Barão de Antonina, ocupou o lote 237 na década de 30, município de Itaporanga.

Outro técnico da diretoria de Recursos Fundiários do Itesp, Antoninho Marmo Marques, analista de desenvolvimento fundiário, conhece bem o problema que persiste até os dias de hoje nas áreas conhecidas como 25º Perímetro de Eldorado Paulista e 18º Perímetro de Iguape, pela falta de títulos de domínio. Na década de 1970, houve tentativa da Procuradoria Geral do Estado de regularizar essas áreas, causando revolta nos moradores, que viraram até carros da polícia.

“Muitos imigrantes pagaram pelas áreas e depois desistiram ou morreram e outros pagaram corretamente porém o dinheiro não chegou ao Estado, resultando num título em aberto”, explica ele. O que a Fundação Itesp faz é regularizar os títulos dessas áreas, que posteriormente passaram para outros ocupantes, utilizando-se de pesquisa documental.

Registro guarda traço da presença

O Vale do Ribeira teve muitas colônias japonesas. Na cidade de Registro é onde se encontram os traços mais

fortes de sua presença, integração cultural e religiosa, tornando-se referência da imigração japonesa.

Registro foi a cidade na qual os japoneses puderam tornar-se proprietários de terras em razão de acordo firmado entre Brasil e Japão, formando uma grande comunidade com a agricultura como base de sua economia.

O Museu Histórico da Colônia Japonesa, instalado no conjunto arquitetônico erguido em homenagem a KKKK, traz muito da história desse povo no Vale do Ribeira, contada por livros, obras de arte, fotografias, instrumentos de trabalho e outros objetos.

A cidade tem ainda um portal, que leva o nome de Torii, também uma referência à imigração japonesa no local, e o Templo Budista, construído em arquitetura oriental, que representa e abriga a religiosidade japonesa. O prédio do Bunkyo, também em estilo oriental, oferece cursos e abriga eventos com a finalidade de perpetuar a cultura japonesa em Registro.

Um prêmio para os alimentos dos assentamentos

Com apoio no momento da comercialização dos alimentos produzidos, agricultores têm renda garantida e reforçam a merenda escolar com frutas, verduras e cereais de alta qualidade.

Da Redação

A produção de alimentos dos assentamentos Engenho e Lagoinha, assistidos pela Fundação Itesp, garantiu ao município de Presidente Epitácio a conquista do Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar do ano passado. A premiação foi concedida pela organização não-governamental Ação Fome Zero. A produção dos assentamentos enriquece a merenda escolar de cerca de 10 mil alunos da rede pública de ensino, além de entidades filantrópicas e outros órgãos que prestam assistência social no município.

A experiência bem-sucedida dos trabalhadores rurais assentados de São Paulo foi encampada pelo governo federal que, em agosto, baixou resolução criando uma nova modalidade para o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Com a medida, Brasília pretende reforçar a merenda escolar de todo o País com verduras, frutas e cereais produzidos pelos pequenos agricultores. As crianças terão alimentos mais saudáveis, vindos da própria região, o município vai economizar e os agricultores aumentarão sua renda.

A prática de produzir alimentos e revendê-los diretamente ao governo para a assistência a entidades sociais e prefeituras está se disseminando na região do Pontal do Paranapanema. No Oeste paulista, a Fundação Itesp já contabiliza a aprovação de seis projetos de assentamentos de trabalhadores rurais, envolvendo

recursos no montante de R\$ 511.492,00. A parceria usa recursos PAA e envolve trabalhadores rurais assentados, entidades sociais, prefeitura e Itesp.

Os alimentos adquiridos pelo programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Os produtos são adquiridos pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) diretamente da associação de produtores rurais da agricultura familiar para ser doados a entidades cadastradas.

Projetos complexos

“Não é um processo simples de se implantar, pois é necessário um trabalho em rede para que todos sejam beneficiados, daí a importância da articulação dos técnicos da Fundação Itesp, que têm atuado como verdadeiros mediadores entre estas entidades, os produtores e a Conab”, afirma a técnica do Itesp, Eliane de Jesus Teixeira Mazzini.

Segundo Fabrício Cabanilha Laguna e Vanusa de Matos Tedesco, analistas da Fundação Itesp que acompanham estes projetos, antes de se iniciar qualquer projeto é necessário fazer reuniões de esclarecimento nos assentamentos, pois os produtores familiares para fazer parte do programa devem estar organizados em associações. Fabrício esclarece que o dinheiro para compra dos produtos é depositado integralmente na conta da associação, mediante aprovação do projeto.

“O programa tem se constituído num importante incentivo à organização e à produção nos assentamentos onde tem sido implantado, a exemplo dos assentamentos do município de Presidente Epitácio Lagoinha e Engenho; do Assentamento Maturi, em Caiuá e mais recentemente do Assentamento Santa Rita, no município de Tupi Paulista”, diz Vanusa.

Os produtores assentados que decidiram participar do programa garantem que o apoio se dá no momento mais difícil do sistema produtivo, que é a comercialização. Segundo eles, se elimina o atravessador, que, assim, consegue um preço justo pelos alimentos que produz. Isto garante não apenas a geração de renda, mas também a certeza de inserir seus produtos no mercado, motivando-o a produzir e diversificar cada vez mais sua produção.

Novos horizontes

No início do ano, os presidentes das associações de produtores dos assentamentos e representantes das entidades filantrópicas beneficiadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos se reuniram no escritório do Itesp, em Presidente Epitácio.

No assentamento Engenho, para se ter uma idéia da dimensão da produção e da renda, foram comprados pela Conab e entregues às entidades cadastradas do município, aproximadamente 43 tipos de produtos.

Foram mais de 67 mil kg de alimentos, gerando uma renda bruta superior a R\$ 70 mil. Dentre os produtos que mais geraram renda, melancia, manga haden, leite tipo C, coco verde e acerola.

“Há casos de assentados que conseguiram inserir produtos que a princípio seriam para autoconsumo como a fruta-do-conde, caju, goiaba e romã, variedades típicas de pomar doméstico. A produção agregou renda para os produtores que estão entusiasmados”, afirma o analista do Itesp João Barreto Nobre.

Além da resolução, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 2.877/ 2008, que prevê a regulamentação em forma de lei da alimentação escolar e estende o benefício para o ensino médio. Atualmente, a merenda só é servida às crianças das escolas de alfabetização. Caso o projeto seja aprovado, vai atender a cerca de 8 milhões de estudantes, ampliando o total de beneficiários de 37 milhões para 45 milhões. A proposta prevê ainda que, no mínimo, 30% dos recursos federais para a alimentação escolar sejam destinados à aquisição de produtos do PAA.

Garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional é promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.



Direito Agrário, disciplina essencial

Tanto a Constituição Federal quanto a Estadual tratam da função social da terra, mas as leis paulistas criaram um marco jurídico em 1985, ao abordar o aproveitamento de áreas públicas para a reforma agrária. O tema foi discutido em evento recente, o 1º Seminário de Direito Agrário, uma iniciativa inédita patrocinada pela Fundação Itesp em parceria com a seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, discutiu o panorama legal agrário, as questões agrárias e fundiárias, a empresa agrária, os assentamentos de trabalhadores rurais, a recuperação de bens públicos e o setor sucroalcooleiro.

O encontro, que recebeu apoio da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), Sociedade Rural Brasileira (SRB), da Universidade Presbiteriana Mackenzie, da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual Paulista (Unesp), reuniu na capital paulista magistrados, estudiosos e pesquisadores do direito agrário, advogados, jornalistas, membros dos ministérios públicos, estudantes e representantes da agroindústria.

O evento foi aberto pelo secretário Luiz Antonio Marrey e pelo presidente da Comissão de Direito Agrário da OAB-SP, Marcos Antonio Silva. Entre os expositores se destacaram o professor de Direito Agrário da USP, Gustavo Elias Kallás Rezek; a juíza federal Elizabeth Leão, da 12ª Vara da Justiça Federal de São Paulo; o advogado Gastão de Souza Mesquita, da Sociedade Rural Brasileira; o desembargador Luiz Stefanini, do TRF da 3ª Região; a procuradora-geral da República, Zélia Luiza Pierdoná; o desembargador Antonio Carlos Malheiros, do Tribunal de Justiça de São Paulo; a procuradora do Estado de São Paulo Patrícia Helena Massa Arzabe; o professor da USP Ariovaldo Umbelino Oliveira e os advogados Jovelino Strozake e Durval de Noronha Goyos Júnior.

Ainda falaram no seminário o juiz Roberto Grassi Neto, o jornalista Augusto Ribeiro Garcia, o professor da USP Fernando Campos Scaff, o advogado Gastão de Souza Mesquita, o agrônomo Ernesto Fioravante Júnior, a professora da Unesp Elizabete Maniglia, a procuradora regional do Incra Maria Cecília Ladeira de Almeida, a diretora da Abra Sabrina Diniz e o assistente técnico

do Itesp, Claudemir Peres Francisco de Oliveira.

O diretor executivo da Fundação Itesp, Gustavo Ungaro, citou as constituições federal e estadual que tratam da função social da terra e abrem prerrogativas para a atuação do Itesp. Segundo ele, em 1985, leis paulistas passaram a apontar soluções para os conflitos fundiários, estabelecendo o aproveitamento de áreas públicas para a reforma agrária. "Foi um marco jurídico em São Paulo dar um sentido social às terras inaproveitadas e oportunidade aos trabalhadores rurais", destacou.

A atuação do Itesp ocorre em todo o Estado de São Paulo, com parcerias com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), secretarias estaduais de Meio Ambiente, da Agricultura e das Relações do Trabalho, Prefeituras, entre outras instituições, promovendo uma "política indutora e promotora do desenvolvimento sustentável nos assentamentos e em comunidades de quilombos", complementou o diretor executivo.

Com relação à arrecadação de novas terras para a reforma agrária, Gustavo Ungaro anunciou que o Itesp já tem sete novas áreas arrecadadas, possui 46 ações discriminatórias em trâmite na Justiça e 10 ações reivindicatórias de áreas já declaradas judicialmente devolutas. Ungaro destacou que a primeira ação discriminatória teve início em 1972 e só teve desfecho – favorável ao Estado – em 1996, num despacho de 150 laudas do então juiz Vito José Guglielmi, hoje desembargador da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça paulista.

Também mereceu destaque a palestra do desembargador Antonio Carlos Malheiros, do Tribunal de Justiça de São Paulo, que tratou do tema Ações Judiciais e Terras Devolutas. Ele classificou a situação agrária como uma questão dramática. "Há timidez do Poder Judiciário na solução de conflitos agrários", disse Malheiros. Ele apontou ainda o desconhecimento do assunto por parte dos juízes, aliado ao desinteresse. Por esse motivo sugeriu conversar com jovens juízes, propondo cursos de Direito Agrário e debates sobre o tema nas faculdades de Direito, para tentar solucionar o problema.

Avanços em extensão rural

A Fundação Itesp realizou em Bauru o seminário Caminhos de Ater para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar. Cerca de 240 técnicos do Itesp, que lidam diariamente com atividades de campo, além de assentados e quilombolas, e convidados especiais participaram do encontro, que foi aberto pelo secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, Luiz Antonio Marrey.



O secretário Marrey discursa na abertura.

A mesa de abertura contou ainda com Gustavo Ungaro, diretor-executivo da Fundação Itesp; Francisco Eduardo Bernal Simões, coordenador da Cati, representando

do o secretário de Agricultura e Abastecimento; José Gualberto Tuga Angemari, prefeito de Bauru; Cássio Trovatto, da Secretaria da Agricultura Familiar/MDA; o deputado estadual Pedro Tobias e Nivaldo Siqueira Gomes, da Federação da Agricultura Familiar.

Em seu discurso, Gustavo Ungaro destacou que o debate e a reflexão iriam abrir novas possibilidades relacionadas à vida de 50 mil pessoas diretamente atendidas pelo Itesp. Segundo ele, a própria estrutura da Fundação Itesp está formatada para que se tenha uma política global, integrada, que interage com as demais áreas de outras diretorias. "A perspectiva é de uma Ater ainda mais promotora da cidadania, que contribua fortemente para o desenvolvimento humano, social, econômico e regional e que represente geração efetiva de renda e melhoria da qualidade da vida no campo", completou.

Ungaro abordou ainda a questão dos convênios e enfatizou a vontade de manter e ampliar o convênio com o Incra para a assistência às famílias assentadas e quilombolas no Estado de São Paulo e também com a Secretaria de Agricultura, por meio de órgãos como Cati e Apta, além de instituições de pesquisa, universidades e prefeituras.

Desenvolvimento rural em debate

A Fundação Itesp participou da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (I CN-DRSS), que aconteceu no final de junho, em Olinda, PE. Os delegados aprovaram documento que apontou como política agrária a segurança alimentar e a sustentabilidade como regras para a criação de um Brasil rural.

O foco dos debates foi a construção de uma nova estrutura agrária e de modelo de produção para o campo, capaz de ao mesmo tempo produzir desenvolvimento sustentável, proteger o meio ambiente e garantir renda para os agricultores e a segurança alimentar no País. A I CNDRSS reuniu agricultores, assentados da reforma

agrária, extrativistas, pescadores artesanais, integrantes de comunidades indígenas e quilombolas de todo País. A Fundação Itesp participou do evento com sete delegados, além do diretor executivo, Gustavo Ungaro.

A Conferência, "Por um Brasil Rural com Gente: Sustentabilidade, Inclusão, Diversidade, Igualdade e Solidariedade", contribuiu para a formulação de uma política nacional de desenvolvimento rural sustentável que contemple todas as forças sociais e diversidades no meio rural brasileiro. Foi promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrf).

Pontal: benefícios para milhares de famílias

Investimentos na região, recursos para apoio às iniciativas socioambientais, ações para o desenvolvimento rural sustentável: tradicional região de conflitos pela terra, o Pontal do Paranapanema vivencia a melhora da qualidade de vida nos assentamentos rurais.

Reportagem: Fernando Porfírio

Em apenas um ano, a Fundação Itesp tem um balanço positivo das ações do governo paulista no Pontal do Paranapanema. Foram perto de 60 obras e atividades em áreas como infra-estrutura, meio ambiente, geração de renda, aquisição de novas fazendas para assentamentos, educação, saúde e regularização fundiária. O programa de desenvolvimento posto em prática pela Fundação Itesp no oeste paulista beneficiou 4.367 famílias dos assentamentos estaduais e federais existentes na região. As obras integram a iniciativa do governador José Serra que, em julho do ano passado, anunciou um aporte de R\$ 160 milhões para investimentos na região e também recursos para apoio às iniciativas socioambientais e de desenvolvimento rural sustentável nas áreas de assentamentos rurais.

A Fundação Itesp atende hoje 170 assentamentos com assistência técnica e extensão rural. Essas atividades beneficiam 10 mil famílias de trabalhadores rurais assentados em todo o Estado. A maior parte dessas famílias (5,5 mil) está no Pontal do Paranapanema, em 104 assentamentos. O número corresponde a 65% dos que são assistidos pelo governo paulista. O Itesp realiza programas de apoio à produção familiar, de capacitação para a geração de renda e desenvolvimento socioeconômico, de diversificação da produção, de adequação tecnológica, de educação, saúde e participação social, de formação e capacitação e ainda de mediação de conflitos rurais.

Diversas dessas ações em benefício da região do Pontal do Paranapanema foram implementadas pela Fundação Itesp. A principal é a liberação de investimentos de R\$ 5,3 milhões. Desse montante, R\$ 3 milhões destinam-se aos assentamentos, R\$ 1,8 milhão à regularização fundiária de 3 mil imóveis urbanos e rurais, nos municípios de Pirapozinho, Presidente Epitácio, Chavantes, Platina, Tarabaí, Mirante do Paranapanema, R\$ 10 mil ao treinamento em informática em cinco assentamentos, e mais de R\$ 250 mil à realização de atividades de

capacitação e formação de assentados e técnicos.

No setor de infra-estrutura, em apenas um ano, a Fundação Itesp realizou obras que beneficiaram 1.645 famílias dos assentamentos Malu, Maturi, Santa Angelina, Vista Alegre, Santa Rita do Pontal, Santa Rosa do Pontal, Arco Íris, Canaã, Estrela D'Alva, Flor Roxa, Haroldina, King Meat, Lua Nova, Roseli Nunes, Santa Carmem e Santa Clara. Esses assentamentos receberam investimentos públicos para a abertura e manutenção de estradas, conservação do solo, adequação de áreas, destoca e terraplanagem.

De acordo com levantamento de técnicos da Fundação, ainda foi realizada a perfuração de sete poços de água e, em parceria com o DAEE, mais 15 poços, estando prevista a complementação de mais sete. Os investimentos diretos nos assentamentos ainda apontam para a compra de nove reservatórios de água, a construção de rede de distribuição de água, a reforma de centros comunitários (as obras estão sendo executadas em oito assentamentos), a construção de dois galpões comunitários e de uma ponte (já concluída e inaugurada).

A conclusão da obra da ponte no assentamento King Meat beneficiou 400 famílias de agricultores que agora encontram melhores condições para o escoamento da produção. Os 15 poços perfurados pelo DAEE – órgão vinculado à Secretaria de Saneamento e Energia – beneficiaram 1.268 famílias de diversos assentamentos da região. Nos assentamentos Malu, Porto Maria, Rancho Alto, Recanto do Porto X, Santa Angelina, Santa Cruz e Santa Maria II, 244 famílias agora contam com reservatórios de água. No trabalho de educação ambiental, em um ano, mais de 70 mil mudas de árvores foram entregues, com investimentos da ordem de R\$ 250 mil.

A cota da Fundação Itesp no plano de investimento e desenvolvimento do Pontal do Paranapanema ainda incluiu

a distribuição de 640 quilos de sementes de leguminosas para adubação verde, de 17 kits de irrigação por gotejamento, de 80 kits de pastejo rotacionado, da entrega de mudas para cultura perene, de 29 kits de pequenos animais – ovinos, da entrega de 2.750 aves pelo do subprograma segurança alimentar – kit aves, da distribuição de 12.850 mudas de pomar doméstico, de 6,45 quilos de sementes de hortaliças pelo subprograma segurança alimentar – kit horta doméstica, além da entrega de 1.785 toneladas de calcário.

Em outra frente foram entregues 61 arcas do Programa Arcas das Letras, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a empresa Furnas. Também estão cadastradas famílias dos assentamentos que serão beneficiadas com as bolsas do Programa Renda Cidadã, da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social. A Fundação Itesp ainda convocou 89 novas famílias para a exploração de lotes nos assentamentos.

Por fim, nesse período de um ano, a Fundação Itesp realizou 56 atividades de capacitação e formação direcionadas a trabalhadores rurais assentados e a técnicos da instituição. Entre os programas pode-se destacar a parceria com a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho que vai atender 710 famílias de agricultores e 60 profissionais do Itesp.

Outra iniciativa é o programa de melhoria da produção leiteira, feito em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O programa de agentes de Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural), também em parceria com o MDA, e o programa gênero e liderança, para a capacitação de mulheres assentadas. Ainda vale destacar o programa ACESSA São Paulo, que vai acabar com a deficiência nos setores de comunicação, telefonia e internet nos assentamentos do Pontal (ver Notas).

Entregando obras e títulos

Em abril, o secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, Luiz Antonio Marrey, visitou o Pontal do Paranapanema ao lado do diretor executivo da Fundação Itesp, Gustavo Ungaro. Eles estiveram em assentamentos de cinco municípios da região, onde entregaram obras de infra-estrutura e de geração de renda, que fazem parte do plano de



investimento para o oeste paulista, anunciado pelo governador José Serra.

O percurso começou pelo município de Euclides da Cunha, onde foi inaugurado um galpão no assentamento Gleba XV de Novembro, e se estendeu ao assentamento Santa Rosa, onde o secretário Marrey conheceu o projeto de pastejo rotacionado, sem uso de produtos químicos. O campo administrativo foi montado no lote do assentamento Luis Aparecido dos Santos, para a produção de leite. Durante a visita, Marrey e Ungaro entregaram 41 kits do projeto para outros agricultores assentados. Um outro galpão foi entregue no assentamento Roseli Nunes, em Mirante do Paranapanema, onde também foi inaugurado um poço tubular. Ainda em Mirante foi entregue à população a ponte do assentamento King Meat, além de 25 mil mudas para o projeto de sistema agroflorestal.

Nessa visita de abril, Marrey e Ungaro entregaram 661 títulos de propriedade. A iniciativa eleva para 3.764 o número de títulos de regularização fundiária entregues desde o início do governo José Serra. No ano passado, o número de documentos que garantiram a propriedade de pequenos posseiros urbanos e rurais no Estado chegou a 3.103.

A primeira entrega aconteceu no município de Tarabai, onde 396 títulos de propriedade foram entregues a moradores de seis bairros da cidade. Os imóveis estão instalados em terras devolutas (públicas), apuradas no 4º Perímetro de Presidente Prudente. A titulação abrange os bairros do Centro, Parque Residencial Candeias, Jardim Nova América, Jardim Brasil, Jardim Brasília e Vila Progresso. A entrega foi resultado da parceria entre a Prefeitura e o Itesp para a regularização fundiária na cidade. A previsão é de cadastrar 2.235 imóveis. Para a execução do convênio a Fundação Itesp está investindo cerca de R\$ 133,9 mil e o Município o montante de R\$ 138,9 mil.

Depois, o secretário e o diretor executivo do Itesp visitaram Pirapozinho, onde entregaram mais 265 títulos de regularização fundiária, que se filiam às terras devolutas municipais nos 3º e 4º Perímetros de Presidente Prudente. Foram beneficiadas famílias dos bairros do Centro, Jardim das Flores, Jardim Morada do Sol, Jar-

dim Xavier, Jardim Soledade, Jardim Panorama, Vila Ideal e Jardim Castilho. O convênio celebrado com a Prefeitura prevê a regularização de 7.178 imóveis.

No ano passado, a Fundação Itesp entregou na cidade 467 títulos de propriedade, que contemplaram famílias dos bairros Jardim Panorama, Jardim Soledade, Jardim Morada do Sol, Jardim das Flores e Centro. O Itesp está fazendo investimentos da ordem de R\$ 75 mil, enquanto a contrapartida da Prefeitura é de R\$ 60 mil. Além da entrega de títulos, o convênio prevê a entrega da planta geral dos bairros regularizados, boletim das informações cadastrais e dados técnicos e jurídicos para parcelamento das áreas.

A titulação é desenvolvida pelo Itesp por meio do Programa Minha Terra, voltado para pequenos posseiros da cidade ou do campo. O projeto é uma das respostas encontradas pela Fundação Itesp para minimizar os conflitos pelo uso e posse da terra. De 1995 até 2008 já foram expedidos mais de 22 mil títulos de propriedade.

O Programa Minha Terra, do Itesp, atua na região Oeste do Estado, por meio de convênios com as prefeituras de Pirapozinho, Piquerobi, Presidente Epitácio, Ribeirão dos Índios, Tarabai e Teodoro Sampaio, no distrito de Planalto do Sul e na região de Ourinhos/Assis, nos municípios de Chavantes, nos distritos de Irapé e Platina, e objetiva a regularização fundiária de mais de 1,4 mil imóveis. O programa é executado em parceria com prefeituras para identificar, cadastrar e regularizar imóveis urbanos e rurais. O programa permite a segurança dominial e jurídica do pequeno posseiro ou do dono de imóvel urbano, que, com o título, passa a ser proprietário do local em que mora.

Desde 1995, foram entregues na região Oeste do Estado 3.602 títulos de domínio, o que totaliza área aproximada de 28.867 hectares. Para se ter idéia, só em Mirante do Paranapanema, convênio do município com a Fundação Itesp assinado em 2002, com a duração de quatro anos, resultou na entrega de 653 títulos de domínio.

Outro recurso é a permissão de uso a pequenos posseiros das áreas rurais que ocupam terras devolutas, mas não atendem aos requisitos para a titulação; e, por

último, o cadastro urbano. O trabalho do Itesp, em parceria com municípios, está concentrado nas regiões do Vale do Ribeira, Vale do Paraíba, Pontal do Paranapanema e Sorocaba.

Mutirão verde

Em setembro do ano passado, quando da comemoração do dia da árvore, a Fundação Itesp realizou uma operação de plantio de 8 mil mudas nativas no Pontal do Paranapanema. O evento foi programado pela Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento e envolveu escolas e prefeituras da região. As mudas foram plantadas nas proximidades de represas, em áreas de preservação permanente (APPs) e em parques e praças da região.

O plantio simultâneo aconteceu em assentamentos nos municípios de Rosana, Euclides da Cunha, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Presidente Venceslau, Presidente Epitácio, Presidente Bernardes e Martinópolis. Perto de duas mil crianças foram mobilizadas no mutirão. O evento fez parte do Mutirão Verde que engajou os órgãos do Estado na recuperação e preservação ambiental. O Itesp participou da iniciativa convidando seus principais parceiros – assentados, prefeituras, entidades da sociedade civil e a população – para integrar as ações e reflexões sobre a natureza.

Em Rosana, 292 alunos da pré-escola e da 1ª à 4ª séries da Escola Zangarini, do Setor IV, participaram do Mutirão Verde. Eles se revezaram no período da manhã e da tarde entre plantio, brincadeiras e palestras. O evento teve a participação do prefeito de Euclides da Cunha, Ediberto Aparecido Zaupa, de técnicos do Itesp e professores da rede pública de ensino. O técnico Daniel da Silva Brittes falou para alunos e assentados sobre a semana da árvore e o reflorestamento da região.

Os alunos do assentamento Primavera, em Presidente Venceslau, aproveitaram o Dia da Árvore para reunir os amigos do assentamento Tupanciretã e de propriedades vizinhas. O plantio aconteceu depois da palestra sobre meio ambiente, quando as crianças se deslocaram até a barragem da represa. “Aqui, o evento integrou um projeto maior de recuperação florestal de toda essa área ao redor da represa”, disse Gilberto Ferrari, técnico do grupo de campo.

Em seguida, os alunos receberam mudas de espécies nativas e um kit com sementes e sacos plásticos. No município, a ação do Itesp envolveu oito técnicos da Fundação, professores e 70 alunos. Também na região de Presidente Venceslau, 80 alunos da Escola Antonio Marinho participaram do mutirão. Foram entregues mudas para as escolas da Agrovila 3, em Caiuá, e para a escola do Distrito do Campinal. O mutirão do Dia da Árvore se estendeu pelos assentamentos de Euclides



da Cunha Paulista, com atividade na escola rural do Bairro Santa Rita e o plantio de mudas nos assentamentos Santa Rosa e Rancho Grande. Em Teodoro Sampaio, uma parceria com a prefeitura levou o mutirão também para a área urbana.

Em Mirante do Paranapanema o mutirão foi antecipado para a quinta-feira (20/9) pelos alunos da Escola Fazenda São Bento. Na Escola Municipal Rural do Assentamento Santa Rosa o plantio seguiu a programação normal. O mesmo aconteceu nos assentamentos de Presidente Epitácio, Presidente Bernardes e Martinópolis.

“Estamos plantando não só mudas nativas, mas as sementes para um meio ambiente mais verde e produtivo na região do oeste paulista”, afirmou o diretor adjunto de Políticas de Desenvolvimento da Fundação Itesp, João Corsini.

Nos últimos anos, o Itesp vem fazendo investimentos na recuperação florestal do Oeste paulista e já implantou a recuperação de uma área degradada de mata atlântica que corresponde a 500 campos de futebol. Cerca de 300 famílias de assentados estão envolvidas no projeto. A Fundação planeja recuperar, em parceria com a comunidade, mais de 1,9 mil hectare na região do Pontal.

A prioridade é o município do Mirante do Paranapanema, onde as áreas verdes dos assentamentos somam mais de 5 mil hectares. As mudas para implementar o projeto saem do viveiro de plantas do assentamento São Bento. O viveiro tem capacidade para produzir 400 mil mudas por ano e hoje conta com um estoque de 30 mil plantas.

A recuperação consiste na implantação de Sistemas Agro-Florestais (SAF) nas áreas de reserva e do plantio de mudas nas Áreas de Preservação Permanente, permitindo sua regeneração natural. Para implantar os sistemas agroflorestais, os assentados realizam o plantio de culturas anuais (milho, mandioca, feijão, algodão) e seqüencialmente o plantio das espécies de árvores nativas segundo recomendação técnica. A Fundação Itesp é responsável pelas operações de preparo e conservação de solo nas áreas suscetíveis à erosão.

As áreas verdes a serem recuperadas compreendem as Reservas Florestais Legais e as Áreas de Preservação Permanente dos projetos de assentamento. O plantio segue norma da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, que determina a plantação de no mínimo 80 espécies por hectare.

As mudas são nativas da região. Entre elas cedro, peroba, ipê, canafístola e timboril. Antes da ocupação, o Pontal era área de mata atlântica (chamada de floresta estacional). A ocupação transformou a região num grande pasto, com intensa degradação ambiental.



Tudo pelo Sudoeste

Região onde se concentram os municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano, o Sudoeste paulista é brindado pelo governo estadual com um pacote de investimentos capaz de impulsionar o desenvolvimento local.

Reportagem: Fernando Porfírio

O Sudoeste paulista concentra o maior número de municípios com o menor desenvolvimento do Estado. Dos 20 municípios com menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), 17 estão situados na região. O índice é 0,749, enquanto a média do Estado é 0,814. Foi esse quadro que levou o governo paulista a liberar investimentos da ordem de R\$ 382 milhões para 45 cidades do Sudoeste.

O objetivo é impulsionar o desenvolvimento social e econômico dos municípios da região e elevar o nível da qualidade de vida de 921 mil moradores. O pacote prevê a construção de 4,9 mil moradias, recuperação de estradas vicinais, construção de escolas, obras de infra-estrutura, instalação de Fatec (Faculdade de Tecnologia) e Etec (Escola de Tecnologia) e recursos para cinco Santas Casas da região.

O pacote de investimentos também é direcionado para obras sociais e de infra-estrutura e contempla a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania com mais de R\$ 4 milhões. Os recursos do Itesp, de R\$ 3,4 milhões, foram liberados para o desenvolvimento dos assentamentos de trabalhadores rurais da região, na regularização fundiária e na comunidade quilombola de Jaó.

O diretor executivo da Fundação Itesp, Gustavo Ungaro, assinou dois convênios e um protocolo de intenções com prefeituras da região Sudoeste para regularização fundiária. O primeiro convênio foi celebrado com a Prefeitura de Tatuí para a regularização fundiária do bairro Vila Angélica. O outro, com a Prefeitura de Itaberá, para a regularização de imóveis do Jardim Carolina.

O protocolo de intenções com a Prefeitura de Ribeirão Branco tem como objetivo o estudo de cerca de 1,1 mil imóveis da área urbana do município. Ainda foi assinado

o projeto de lei que transfere área do DER para Tatuí, permitindo a realização do trabalho conjunto estipulado no convênio de regularização fundiária.

A decisão do governador de injetar recursos na região foi tomada após estudo do perfil socioeconômico do Sudoeste do Estado de São Paulo. O trabalho mostra que a região possui baixos índices de desenvolvimento humano e de responsabilidade social, bem como baixa receita *per capita* das prefeituras.

O governador José Serra liberou para a Fundação Itesp recursos para investimentos em regularização fundiária, infra-estrutura e benefícios sociais em oito assentamentos de trabalhadores rurais e em um quilombo, num total de 4 mil famílias. Os recursos serão investidos em habitação, rodovias, regularização fundiária, educação e saúde, incluindo a construção de duas unidades do Ambulatório Médico de Especialidades (Ames), uma em Itapetininga e outra em Itapeva.

Ao lado do secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, Luiz Antonio Marrey, e do diretor executivo da Fundação Itesp, Gustavo Ungaro, o governador anunciou a construção este ano de um novo Fórum em Tatuí, que custou R\$ 773 mil, o apoio à regularização fundiária com a aplicação de R\$ 1,6 milhão no programa Minha Terra e a implementação da produção agrícola e da infra-estrutura em assentamentos rurais com aporte de R\$ 1,8 milhão.

Dos R\$ 382 milhões em investimentos, o maior aporte sai da Secretaria da Habitação, que deve aplicar R\$ 148 milhões, sendo R\$ 146 milhões para a construção de 3.542 unidades habitacionais e outros R\$ 2 milhões para o Programa Especial de Melhorias (PEM) nos conjuntos habitacionais já existentes.

Investimentos de R\$ 129,6 milhões para a recuperação de estradas por meio do programa Pró-Vicinas estão em andamento com recuperação de 11 vicinais em 12 municípios, totalizando 172,9 quilômetros. Já na segunda fase, serão mais 240,3 quilômetros em 19 municípios. O programa Melhor Caminho, da Codasp, vai recuperar 191 quilômetros de estradas rurais de terra em 36 municípios.

O plano de investimentos inclui a assinatura de 109 convênios para obras de infra-estrutura urbana (pavimentação, recapeamento e iluminação pública, entre outros), uma Faculdade de Tecnologia (Fatec) em Capão Bonito e uma Escola de Tecnologia (Etec) em Itapetininga.

Com o pacote de investimentos, famílias de Tatuí, Itaberá e Ribeirão Branco foram beneficiadas com o programa Minha Terra, de iniciativa da Fundação Itesp. No Sudoeste do Estado e na região conhecida como Alto Vale, já foram expedidos 6.007 títulos de propriedade, abrangendo uma área de 5.252,63 hectares. Só na gestão José Serra foram entregues 2.117 títulos.

O governo do Estado também enviou à Assembléia Legislativa projeto de lei para promover a regularização de 1,2 mil imóveis em Sorocaba. O projeto doa à Prefeitura de Sorocaba uma área de 198 mil metros quadrados, que compreende o bairro Nova Esperança. As famílias ocupam a área irregularmente e com a doação o município poderá realizar, em parceria com a Fundação Itesp, um plano de regularização fundiária. O projeto vai tramitar em regime de urgência.

“Vamos beneficiar cerca de 1.200 famílias nessa área pertencente ao Estado e que foi sendo ocupada com o passar dos anos. O governo cede a área e a prefeitura agiliza o processo de regularização fundiária”, afirmou o governador José Serra.

A presença do Itesp na região

A Fundação Itesp está presente na região Sudoeste com atendimento a quatro assentamentos de trabalhadores rurais (Pirituba II, Itapetininga, Carlos Lamarca e Bela Vista), uma comunidade quilombola (Jaó) e a regularização fundiária em 12 municípios. A instituição tem escritórios em Capão Bonito, Iaras, Itapeva, Sorocaba e postos avançados em Pilar do Sul, Piedade, Itu, Guapiara, Araçariguama, Campina

José Serra anuncia investimentos na região.



Foto: Milton Mênida



No assentamento Ipanema, a pecuária leiteira convive com a produção agrícola, com destaque para goiaba.



Oficina de costura do quilombo de Jaó.

do Monte Alegre, Itaberá, Itaporanga, Itararé, Nova Campina, Taquarivaí e Piedade.

No ano passado foram firmados convênios com quatro municípios da região para a entrega de 2.117 títulos de propriedade por meio do programa Minha Terra. Para este ano, estão programados mais 3.165 títulos, com investimentos de R\$ 190,3 mil. Também no ano passado, por meio do Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária – parceria do Itesp com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) –, foram cadastrados 3.365 imóveis em cinco municípios

da região Sudoeste paulista. Para este ano está previsto o cadastro de mais 6.296 imóveis, com investimentos de R\$ 777 mil. O mesmo programa prevê para 2008 o georreferenciamento de 3.731 imóveis, em que serão gastos recursos da ordem de R\$ 600 mil.

Na área de apoio à produção e obras de infra-estrutura, no ano passado, em três municípios da região, foram investidos R\$ 27.470,00 em ações de estímulo a novas atividades agropecuárias, distribuição de calcário para o solo e cursos de capacitação. Este ano, outro R\$ 1,8 milhão está previsto para obras nos municípios da região.

Investimentos setoriais – R\$ 382 milhões



Investimentos da Pasta da Justiça – R\$ 4,2 milhões



Justiça seja feita

Num mundo faminto, o retardamento da solução pela posse da terra e para a produção de alimentos mata mais pessoas do que uma guerra. Aqui, sete pontos importantes com relação à reforma agrária e à regularização fundiária.

Henrique Nelson Calandra *

1 A Justiça na questão fundiária
A questão fundiária ultrapassa e muito o plano normativo, pois, nas disputas por terra, muitas vezes ocorre uma disparidade imensa de forças e exigem-se providências com violação da ordem jurídica. Violar a Constituição e as leis do País pode conduzir a um verdadeiro desastre em termos de vida republicana. Cabe aos demais poderes capitalizar a experiência dos magistrados na solução dos conflitos, elaborando normas mais adequadas à realidade.

2 Comprometimento de entidades
A Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) e a Escola Paulista da Magistrados, por conta dos respectivos perfis estatutários, têm como foco ações e iniciativas destinadas, num primeiro plano, aos juízes. Isso não quer dizer que ignoramos a regularização fundiária. Prova disso é que, no início de agosto último, a Apamagis promoveu um encontro com representantes da Justiça, do Itesp e da ONU preocupados com a regularização fundiária da América Latina.

3 Atuação conjunta dos poderes
O Judiciário tem todo o interesse na regularização fundiária. Só que não pode atuar sozinho, precisa do respaldo do Executivo. Não basta assentar uma série de famílias numa área. É preciso dar infra-estrutura, que implica água, esgoto, luz, facilidades em relação ao crédito, para que elas possam sobreviver e produzir. Nunca podemos esquecer dos trabalhadores do futuro, que também precisarão da terra para trabalhar e viver.

4 O problema da agilidade judicial
Existem algumas medidas que poderiam imprimir agilidade. Uma delas: a criação de mutirões para julgar os processos envolvendo questões fundiárias. Num mundo faminto, o retardamento

da solução pela posse da terra e para a produção de alimentos mata mais pessoas do que uma guerra.

5 O modelo de reforma agrária paulista
Embora caminhe de modo mais lento, em razão da imensidão do Estado e do número de pessoas envolvidas, o modelo paulista mostra-se o mais adequado, uma vez que procura somar a segurança jurídica do título com o apoio estrutural aos assentados. Críticas sempre existirão. Todos sonham com a terra, porém, encarar o desafio de trabalhar nela todos os dias provoca deserções.

6 Biocombustíveis e a oferta de alimentos
Sempre fui a favor do progresso. A produção de biocombustíveis é viável mediante um planejamento racional, sustentável, que leve em conta as implicações econômicas e impactos ambientais. Caso um dia o Brasil venha a sofrer de escassez de alimentos, esse problema estará mais associado à má distribuição de terras, incentivos e planejamento agrário do que à produção de biocombustíveis.

7 A questão ambiental e a produtividade
As áreas de preservação permanente, por conta da rica biodiversidade que podem resguardar, deveriam ser muito valorizadas. Não há como sobrepor interesses econômicos quando o assunto é a proteção do meio no qual vivemos; não podemos dispor de um bem, um direito do coletivo, que é o meio ambiente, em prol do interesse, do direito de um indivíduo, no caso o produtor. Se a legislação protege determinada área é porque tal apresenta-se como fundamental para a sobrevivência da espécie humana.

* Presidente da Associação Paulista de Magistrado (Apamagis), Henrique Nelson Calandra é formado pela PUC. Desembargador da Seção de Direito Público e suplente do Órgão Especial do tribunal paulista.



Das histórias que contaremos aos nossos netos

Mariana Montoro Jens *

A despeito das diferenças, a juventude é normalmente uma etapa muito especial da vida de cada um. É onde as principais lembranças são produzidas, onde a maior parte das histórias que os netos ouvem de seus avós acontece, onde o adulto define seu futuro, depois de muita experimentação e, inclusive, de aprender com seus próprios erros.

A diversidade que permeia a juventude de São Paulo é tão grande quanto os limites fronteiriços do Estado. Saber o que querem, com o que sonham e do que precisam meninos e meninas, homens e mulheres de pequenos municípios ou enormes aglomerados populacionais exige uma visão global capaz de destacar e valorizar suas especificidades.

Nesse sentido, também os jovens e as jovens que vivem nos assentamentos merecem e têm o direito de viver plenamente sua juventude. Na contramão dos jovens urbanos que atraem anunciantes e espaço na mídia atrás de seu poder de consumo e imediatismo, quem vive em assentamentos no Estado partilha de uma rotina diária completamente diferente, baseada na sustentabilidade e no cooperativismo. A vida em família, na escola e no trabalho se entrelaçam. Passado, presente e futuro são moldados, então, com outra perspectiva.

Compreender que até mesmo o ambiente rural pode ser beneficiado com os avanços da tecnologia, nesse caso, vai além de otimizar a produção agrícola. Trata-se de oferecer a essa juventude um conjunto de ferramentas e conteúdos que a aproxime do resto do mundo e a torne capaz de contribuir ativa e efeti-

vamente com o desenvolvimento dos assentamentos onde ela vive.

Por isso, estamos muito felizes de celebrar o convênio com a Fundação Orsa para realizar o Projeto Interação Digital: Formação do Jovem Protagonista no Meio Rural. Nos orgulha participar de uma iniciativa que levará acesso ilimitado à internet, de forma que não só atenda às demandas juvenis por canais de comunicação com o mundo, mas que também permita que os e as jovens possam usar a tecnologia com qualidade e em sua profundidade, refletindo sobre os benefícios da aplicação dessa tecnologia no dia-a-dia da comunidade.

Nos alegra também saber que contaremos, para a implementação deste projeto-piloto no assentamento Pirituba, com a experiência do Itesp, que há tantos anos realiza um trabalho primoroso com os assentamentos paulistas, e compartilha da nossa preocupação de expandir a rede de inclusão digital para o meio rural.

E, como toda grande idéia sempre começa pelo primeiro passo, não pretendemos parar por aqui. Enquanto desenvolvemos os Centros Interativos de Tecnologia em Itapeva e Itaberá, já vislumbramos novas parcerias para expandir o projeto para o resto do Estado. Esta Coordenadoria aguarda ansiosa pelos resultados e benefícios que esta iniciativa trará a centenas e, em breve, milhares de jovens assentados de São Paulo.

* Mariana Montoro Jens, formada em propaganda e marketing, é coordenadora da unidade de Programas para a Juventude do Estado de São Paulo. Antes, atuou no Instituto Sou da Paz.



Inclusão digital no campo



Os jovens são os maiores beneficiados com a inclusão digital.

Até o final de 2008, a Fundação Itesp vai implantar dois postos do programa de inclusão digital ACESSA SP em assentamentos do Oeste paulista, nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana, beneficiando cerca de 6 mil pessoas que vivem nos assentamentos Haroldina e Gleba XV de Novembro. Os postos vão funcionar de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, cada um com seis computadores e previsão de atendimento de quase 2 mil pessoas. O serviço é gratuito.

A Fundação Itesp já tem experiência na implantação de centros de informática nas áreas de assentamentos

rurais. Uma parceria com o Comitê de Democratização da Informática (CDI) e as associações de mulheres assentadas permitiu a instalação de seis centros de inclusão digital na região do Pontal do Paranapanema. Essa primeira experiência capacitou técnicos e assentados no aproveitamento da tecnologia da informação.

Desde sua criação, em julho de 2000, o Programa ACESSA SP já prestou 31 milhões de atendimentos, conta com 1,39 milhão de usuários cadastrados, tem 3.086 computadores e 720 monitores em atividade. Em média, realiza 540 mil atendimentos mensais em todo o Estado. O usuário é o jovem de baixa renda: 59% têm entre 15 e 24 anos, e 68% apresentam renda familiar de até quatro salários mínimos.

“A chegada da internet às comunidades rurais estimulará a permanência dos jovens no campo, abrindo novas possibilidades de acesso ao conhecimento, ampliação dos relacionamentos e das oportunidades de trabalho e renda”, destaca o diretor executivo da Fundação Itesp, Gustavo Ungaro. “Assim como o acesso à terra, a inclusão digital também é uma conquista de cidadania”, defende, por sua vez, o secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, Luiz Antonio Marrey.

Medidas socioeducativas em parceria

A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) e a Fundação Casa (antiga Febem), ambas vinculadas à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, firmaram termo de cooperação técnica para inclusão de jovens que estão em regime de liberdade assistida. A ideia é capacitar adolescentes autores de atos infracionais em técnicas de produção agrícola em unidades do Itesp.

“Trata-se de uma iniciativa importante, que servirá de modelo para que outros órgãos estaduais cooperem no atendimento de adolescentes infratores”, diz Marrey, apostando no atendimento e no desenvolvimento de jovens que cumprem medidas socioeducativas no Estado. O projeto começa pelos municípios de Presidente Prudente, no Oeste Paulista, e Sorocaba, no Sudoeste. É aberto a adolescentes inscritos

nos programas de capacitação agrícola da Fundação Casa e que estejam cursando o ensino fundamental. “A ideia é o Itesp, com sua experiência na área agrícola, supervisionar os cursos aos nossos adolescentes, o que permitirá que eles usem as técnicas de cultivo como meio de geração de renda e inserção no mercado de trabalho”, afirma a presidente da Fundação Casa, Berenice Giannella. “É uma parceria em prol da cidadania e da justiça social”, completa Gustavo Ungaro, diretor executivo do Itesp.

A Fundação Casa seleciona os jovens e faz acompanhamento dos inscritos no programa, dando apoio psicológico e social, além de fornecer transporte e alimentação. A Fundação Itesp indica os locais nos quais se desenvolvem os programas, fornece equipamentos de trabalho e de segurança e supervisiona as tarefas.



5 dedos de prosa com José Pedro

José Vieira na certidão de nascimento, habitante há 52 anos da comunidade remanescente de quilombo Fazenda da Caixa, em Ubatuba. Ele defende as tradições dos seus antepassados e admite que hoje já não há medo de fantasmas, como antigamente, mas de outras coisas...

Depoimento a José Roberto Mathias Andrion *

Tradição

Infelizmente, é cada vez mais difícil encontrar pessoas que queiram manter as tradições. Estamos perdendo aos poucos a nossa cultura. O mais difícil é manter a vontade das pessoas. Estou tentando deixar uma pessoa em meu lugar para não deixar cair a nossa tradição.

Ascendência

Meus bisavôs foram escravos em uma fazenda de Cunha. Meu bisavô se chamava Antonio Benedito Vieira e minha bisavó, Maria Induvina Vieira. Os dois foram escravos. Com 95 anos de idade, ele foi liberto. Nessa época, eu tinha uns 8 anos.

Descendência

Eu tenho 11 filhos, 43 netos e 9 bisnetos e a maior parte mora aqui por perto. Digo que pobre tem muitos filhos mesmo (risos).

Histórias

Os antigos da minha família contavam muitas histórias. O mais interessante eram os velórios dentro de casa, quando colocavam o morto enrolado num lençol, cheio de velas em volta, e ficavam velando e contando histórias de assombração. Eu ficava muito assustado. Na verdade, agora tenho um pouco de medo da modernidade, não tanto de fantasmas (risos).

Trabalho

Sempre trabalhei com olaria na minha adolescência, depois com engenho e roda d'água. Tenho muita facilidade com essas coisas. Conheço toda a engrenagem... Vim para Paraty com 13 anos e trabalhava numa casa de farinha. Casei aos 18 anos com Maria Nadir dos Remédios, 75 anos. É por causa desse “remédio” que estou vivo até hoje (risos). Naquela época, íamos para Ubatuba e Paraty a pé. Eram seis horas até Ubatuba e cinco, para Paraty. Plantávamos muita coisa e comprá-

vamos alguma coisa na cidade. Tínhamos farinha, café de cana-de-açúcar (caçara), peixe, frango caipira, ovo, mandioca, batata-doce, etc. Não precisava de nada.

Engajamento

Fui o primeiro a lutar por uma associação dos quilombolas, isso há 20 anos. Sabia que tínhamos que melhorar as nossas condições. Depois que construíram a rodovia Rio-Santos, há cerca de 35 anos... trouxe coisas boas e ruins. Deu um rebuliço por aqui. As comunidades carentes começaram a ser impedidas de plantar por causa do meio ambiente. Daí, começamos a organizar o povo para segurar a cultura da comunidade quilombola, até para ajudar todo mundo.

Progresso

Agora estou começando a ver os frutos da nossa organização, como a chegada da luz elétrica, a titulação das terras, a casa de farinha, o telecentro, etc. A coisa está andando. Meu sonho é ver a comunidade trabalhando e sobrevivendo do seu esforço, da sua produção. Qualquer pessoa que quiser nos ajudar será bem-vindo.

Planos

Durante a temporada, recebemos muitos turistas. Sou amigo de gente como Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso e Eduardo Suplicy. Eles cobraram de mim colocar a casa de farinha para funcionar e nós conseguimos. Agora queremos diversificar a produção, botando o engenho para funcionar, para fazer melado, pé-de-moleque, rapadura e até cachaça, além do açaí.

* José Roberto Mathias Andrion, engenheiro agrimensor, é coordenador da regional Sudeste (Vale do Paraíba e Litoral Norte) da Fundação Itesp.



Regularização fundiária em conjunto com a ONU

Em encontro que marcou o início da cooperação técnica entre o Itesp e a UN-Habitat – Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, ficou selada a parceria Itesp e ONU para discutir questões fundiárias no Estado de São Paulo.



As duas instituições assinaram recentemente Protocolo de Intenções com o intuito de articular com os poderes públicos e instituições civis a formulação de uma política estadual de regularização fundiária urbana, com o objetivo de combater e erradicar a informalidade fundiária e promover a cidadania. A parceria inclui oficinas para debater com a população entraves e apontar soluções, além de rever parâmetros dos órgãos estaduais, na busca de padronizar os procedimentos utilizados na regularização fundiária.

“Nosso empenho é para melhorar as condições de vida dos pobres e a precariedade dos assentamentos humanos na América Latina”, afirma Cecília Martinez Leal, diretora do UN-Habitat, programa da ONU para os assentamentos humanos, e diretora da Escritório Regional para a América Latina e o Caribe (Rolac).

“A ação de regularização fundiária promovida pelo Itesp, por meio do programa Minha Terra, beneficiou quase 4 mil famílias apenas de 2007 para cá, promovendo cidadania e segurança jurídica”, lembra o diretor executivo do Itesp, Gustavo Ungaro. Desde o início do programa, em 1994, o Itesp já expediu mais de 22 mil títulos de domínio, além de cadastros urbanos.

Da Redação

Ungaro enfatizou o programa ao abrir o 1º Encontro Itesp e UN-Habitat de Regularização Fundiária, em agosto, com a participação de mais de 120 pessoas.

O secretário estadual da Habitação, Lair Krähenbühl, presente no evento, está especialmente empenhado na regularização fundiária e já anunciou parceria com o Itesp. A preocupação com o tema não é de hoje. O presidente da Associação Paulista do Magistrados (Apamagis), desembargador Nelson Calandra, diz ter sonhado, há pelo menos 40 anos, com uma ação do poder público como a que está presenciando agora.

A agenda Itesp/ ONU privilegia debates e já no 1º Encontro contou com grandes nomes. O professor Cândido Malta Campos Filho, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, estuda – e ensina – a compatibilidade do conflito urbanístico e ambiental. Aspectos legais da regularização fundiária é tema de especialização do juiz Vicente de Abreu Amadei e da presidente da Anoreg São Paulo, Patrícia André de Camargo Ferraz. A discussão sobre os aspectos administrativos e procedimentos nos municípios se iniciou com o gerente de Regularização de Cadastro do Itesp, Adilson Haroldo Piveta.

Uma platéia atenta acompanhou os debates.



As várias faces do tema

Para o professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, **Cândido Malta Campos Filho**, a cidade deve ser um lugar de convívio das famílias, de intercâmbio entre cidadãos que proporcione o desenvolvimento cultural. O espaço público deve integrar as pessoas e para que isso ocorra é preciso ampliá-lo e ocupá-lo, pois são lugares de convívio de diferentes grupos sociais. Cândido Malta defende padrões mínimos a serem preservados, como as áreas verdes, “que não devem ser tomadas por ruas nem por habitações”.

Cecília Martinez Leal, da ONU:
o objetivo é melhorar a condição de vida dos pobres, especialmente nos assentamentos.



Sobre a ocupação desordenada das cidades causada pelo loteamento clandestino, o secretário adjunto do Meio Ambiente, **Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo**, pediu estudo à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania para combater esse crime e orientar a população sobre a compra de lotes irregulares: “É um malefício para a pessoa e para a cidade”.

O juiz **Vicente de Abreu Amadei** tem foco na diversidade normativa, sob a óptica da urbanização das cidades brasileiras e de sua importância desde a segunda metade do século 20. “Só há duas situações para serem analisadas no caso da regularização: ou concede ou reverte; isso tem de ser analisado sob a óptica da razoabilidade”.

Patrícia de Camargo Ferraz, presidente da Anoreg (Associação dos Notários e Registradores de São Paulo), conhecedora das propostas normativas em andamento que tratam da regularização fundiária, se pauta em três assuntos: as propostas de alteração das normas de serviço

encaminhadas à Corregedoria de São Paulo; o Projeto de lei 1.506/2007, que tramita na Assembléia Legislativa de São Paulo; e o Projeto de lei 3.057/2000, que tramita na Câmara dos Deputados. Para Patrícia, os problemas registrários mais constantes são a dificuldade de se obter todos os documentos necessários para o registro e os custos e emolumentos: “O poder público tem a capacidade de gerir em questões conflituosas, e quando o faz ouvindo a comunidade, faz de modo bem melhor, beneficiando a comunidade e a cidade”.

Por sua vez, **Julia Moretti**, coordenadora do Patrimônio da União, enfatiza os instrumentos de regularização fundiária e sua eficácia. Diante do problema das favelas em São Paulo, que representam cerca de 2 milhões de pessoas, com taxa de crescimento de 38% em quatro anos, acredita que o poder público deve ter o olhar mais focado numa regularização social. A revitalização do bairro da Barra Funda é, para ela, “uma experiência interessante de reocupação de um espaço urbano”.

Minha Terra, um programa exemplar

A política do governo estadual para a regularização de pequenas posses foi um dos temas principais do encontro realizado em agosto em São Paulo. Os prefeitos de Apiaí e de Ribeira dão seus depoimentos.

Donizetti Borges Barbosa - Em Apiaí, o Itesp atua desde 2000, quando fez o cadastro de área urbana de 1.242,33 hectares. Em 2002, expediu 1.153 títulos de propriedade. Em 2007, o governador José Serra esteve na cidade para a entrega de outros 503 títulos referentes à regularização de área invadida há muito tempo. Com a regularização dessas áreas foi possível captar recursos para construir os equipamentos públicos necessários, como escola e posto de saúde.

Jonas Dias Batista - Em Ribeira, com população de cerca de 3.500 habitantes, praticamente 80% da área urbana são posses. Isso dificulta o recebimento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), pois há discrepâncias entre a área declarada e a realmente construída, e dificuldade em relação a empréstimo para a melhoria da moradia. Há dificuldade quanto a investimentos do governo para a melhoria dos equipamentos públicos quando a área ainda não é da prefeitura ou regularizada: um prejuízo para o cidadão, para a prefeitura e para toda a comunidade. O que importa é que o trabalho traz dignidade ao cidadão e garante que aquela posse é propriedade, torna o cidadão dono do lugar em que mora há anos.

Visões da luta pela terra

Luiz Sugimoto, *Jornal da Unicamp*



Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil, por Antônio Márcio Buainain (coordenador), José Maria F. J. da Silveira (prefácio), Bernardo M. Fernandes, Jean Daudelin, Marcos Lins, Sérgio Sauer e Tânia Andrade.

Os conflitos no campo motivam conflitos de opiniões na academia. O livro *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*, lançado pela Editora da Unicamp dentro da coleção Agricultura, Instituições e Desenvolvimento Sustentável, tem o mérito de reunir posições divergentes sobre este tema polêmico. Oferece, assim, uma visão aprofundada e plural da evolução e do estado atual da luta pela terra no País.

O professor Antônio Márcio Buainain, do Instituto de Economia (IE) da Unicamp, idealizou o livro a partir de um trabalho que apresentou num seminário internacional sobre gestão de conflitos agrários, em Quito, em 2003. Ao produzir um documento com mais de cem páginas, extenso demais para publicá-lo como um artigo, considerou expandir a própria pesquisa e escrever um livro solo, mas acabou optando pela idéia de juntar vários autores e opiniões diversas em um só volume.

“Neste setor, como em outros, vejo uma ‘igrejização’ ou ‘partidarização’ acadêmica, que transparece em revistas acadêmicas, seminários e *workshops* que reúnem apenas aqueles que pensam da mesma forma para acaloradas discussões dentro dos limites do dogma. Os ‘infiéis’ ficam de fora, em geral tachados com algum rótulo popular, desde o tradicional ‘direitista’ ou ‘esquerdista’ até o mais recente ‘neoliberal’”, pondera o docente.

Confirmando esta hipótese, vários autores sequer responderam e outros se recusaram a participar da publicação alegando discordância de pontos de vista. “Não compreenderam que a proposta era justamente a pluralidade. Felizmente, cinco autores que não conhecia pessoalmente, todos muito bons, gostaram da idéia e contribuíram para um debate rico e respeitoso sobre o tema.”

O livro coordenado por Buainain tem prefácio de José Maria da Silveira, também do IE. “Conflitualidade e desenvolvimento territorial” é o artigo de Bernardo Mançano Fernandes, geógrafo e professor da Unesp de Presidente Prudente. Jean Daudelin, professor da Universidade Carleton (Ottawa, Canadá), escreve sobre o uso da “Resolução alternativa de disputas em conflitos de terra”.

Ainda na publicação, “Experiência concreta de mediação de conflitos agrários”, por Tânia Andrade, advogada e ex-diretora executiva da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. Sérgio Sauer, professor da Universidade Católica de Goiás e que já assessorou a CPT, a Contag e a senadora Heloísa Helena, assina “Conflitos agrários no Brasil”.

Um dos autores, Marcos Lins, que foi diretor de Reforma Agrária da FAO em Roma, presidente do Incra e era assessor da Comissão de Justiça e Paz, faleceu em 2004. Lins, que segundo o coordenador do livro conhecia como poucos os vários significados e a importância tanto dos conflitos como da necessidade de superá-los, deixou “Uma agenda atual das políticas públicas” relacionadas à questão agrária.

Conflito motor

Em seu artigo – “Reforma agrária por conflitos” – Antônio Márcio Buainain analisa a reforma agrária brasileira nos últimos 15 anos e procura mostrar que ela é movida pelo conflito, que tem dupla origem. “A primeira é de ordem histórica, fundada em uma estrutura agrária excludente e que se modernizou aceleradamente, quase inviabilizando a agricultura familiar. Outra está na crise econômica e social dos anos 1990, que gerou no campo um excedente descomunal de mão-de-obra, que não encontrou espaço nem na periferia das cidades.”

Segundo o pesquisador, desde então, qualquer decisão no processo de reforma agrária advém da pressão dos movimentos associados aos trabalhadores sem terra e agricultores familiares. “No entanto, se os conflitos movem a reforma agrária, também impedem o planejamento de uma política consistente, voltada efetivamente aos mais necessitados e não para atender quem possui maior poder de pressão. A reforma agrária está limitada a apagar incêndios.”

Buainain afirma que o Estado não possui instrumentos para a gestão dos conflitos, evidenciando o que ele caracteriza como “um estágio infantil” da democracia brasileira. “A oposição não consegue deixar de ser oposição em nenhum momento e estabelecer uma negociação séria com os governos. E os governos, ao invés de conviver democraticamente com a oposição, não resistem à tentação de tentar cooptá-la ou desmoralizá-la. E o que é pior: geralmente conseguem, por meio da distribuição de recursos, cargos e mais recentemente da própria entrega de segmentos do aparelho do Estado.”

Como conseqüência, acrescenta o autor, nunca se alcançam os estágios seguintes, como da negociação e planejamento das terras a serem desapropriadas, das famílias beneficiadas e da melhor maneira de viabilizar os assentamentos. “Falo do estágio de maturidade que vemos na Europa, onde os movimentos sociais fazem oposição e reivindicam, mas também negociam metas e aceitam limites.”

Além das dificuldades de natureza política para a reforma agrária, o docente examina as causadas pela institucionalidade, inclusive a própria legislação.

Apesar da impressão de que os conflitos agrários vão perdurar, Antônio Márcio Buainain acredita que o problema pode ser amenizado com a sustentação desta retomada do crescimento econômico vivida pelo País. “Caso a geração de oportunidades se mantenha, creio num esvaziamento dos conflitos, pois muita gente buscou o movimento social agrário por falta de alternativas de sobrevivência.”

Conquistas femininas

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2006 (PNAD/IBGE), as mulheres representam 47,8% da população residente no meio rural. São quase 15 milhões de mulheres, que apresentam demandas diversas, têm força e organização variadas enquanto movimentos e lutam por políticas de promoção de direitos. A questão em pauta é superar desigualdades de gênero no meio rural.

Para discutir a evolução das políticas públicas relacionadas a gênero e desenvolvimento rural, além de apresentar estudos acadêmicos que analisam a participação da mulher no campo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) lançou, por meio do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead), a publicação *Mulheres na Reforma Agrária: A Experiência Recente no Brasil*, via Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre) e com apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Adriana Lopes e Andrea Butto assinam a organização.

Os artigos reunidos na publicação abordam aspectos fundiários, da produção, das relações familiares e das lutas dos movimentos sociais do campo, além de relacioná-los a políticas públicas. O esforço é problematizar a presença das mulheres na reforma agrária no Brasil e compreender melhor as mudanças pelas quais vem passando o meio rural, sob uma óptica de gênero. As dinâmicas sociais em curso são debatidas em abordagens distintas, pela perspectiva de autores de diversas instituições e regiões do País.



Mulheres na Reforma Agrária: A Experiência Recente no Brasil, por Alberto Di Sabbato, Adriana Lopes, Andrea Lorena Butto Zarzar, Anita Brumer, Elisa Guaraná de Castro, Gabriele dos Anjos, Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo, Karla Emmanuela Ribeiro Hora, Leonilde Servolo de Medeiros, Paola Cappellin.

17/4 – Visita aos Assentamentos do Pontal do Paranapanema

Inauguração do galpão de múltiplo uso: Gleba XV de Novembro, em Euclides da Cunha.



Visita ao Projeto de Pastejo Rotacionado com Sistema de Irrigação e entrega de 41 kits: Santa Rosa, Euclides da Cunha.



Inauguração do galpão de múltiplo uso e entrega de poço tubular: no assentamento Roseli Nunes, em Mirante do Paranapanema.



Entrega de 396 títulos de propriedade em Tarabaí. No mesmo dia, foram entregues 265 títulos de propriedade em Pirapozinho.

Em 28/4 – Entrega de Títulos de Propriedade em Sete Barras



Na platéia, famílias agraciadas com os 93 títulos de propriedade entregues.

23 e 24/6 – Seminário Estadual de Direito Agrário, em São Paulo



Abertura do Seminário Estadual de Direito Agrário, promoção OAB-SP e Fundação Itesp.

7 a 17/8 – Agrifam – Feira da Agricultura Familiar, em Bauru



Assentada Fabiana Miranda do Nascimento, do Monte Alegre III, em Araraquara.

9/6 – Visita aos Quilombos de Eldorado



Visita ao quilombo do Ivaporunduva, onde as autoridades foram recebidas pelo presidente da Associação dos Quilombolas de Ivaporunduva, Benedito de Alves da Silva.



O secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, Luiz Antonio Marrey, entrega o Reconhecimento do quilombo da Poça para a Associação de Quilombolas da Poça, encabeçada por Rafaela Adalgisa Marinho e Gilmar dos Santos Marinho.

Visita à Escola Estadual Maria Antonia Chules Princesa, no quilombo de André Lopes, onde 100% dos alunos são quilombolas.



No quilombo de São Pedro, visita às casas da CDHU e entrega do título registrado ao quilombo de Galvão.

